Fundado em 1864, o seu Arquivo é Tesouro Nacional

Diário de Notícias

www.dn.pt / Quinta-feira **26.9.2024** / Diário / Ano 160.º / N.º 56 770 / **€ 1,50** / Diretor **Filipe Alves** Diretores Adjuntos **Leonídio Paulo Ferreira, Nuno Vinha e Valentina Marcelino**

Ucrânia
"Plano da vitória", o tudo ou nada de Zelensky para captar a ajuda dos EUA
PÁGS. 16-17

Médio Oriente
Israel prepara-se para ofensiva terrestre no Líbano
PÁG. 18

Educação
Greve do pessoal não-docente ameaça encerrar escolas
PÁG. 11

Liga Europa
Samu não impede crescimento da lenda europeia do Bodo/Glimt
PÁG. 22

REINALDO RODRIGUES

ÁGUA
Perdão a Espanha de dívida de 40 milhões é moeda de troca para melhorar caudais dos rios
PÁGS. 4-5

SEGURANÇA
Governo agrava penas de crimes contra polícias

EXCLUSIVO A proposta de lei, que seguirá para o Parlamento, pretende acentuar a especial censurabilidade e perversidade dos crimes cometidos contra agentes das forças de segurança, apurou o DN. Paralelamente, a formação dos polícias vai ser mais exigente em Direitos Humanos e competências adequadas às comunidades onde estão colocados.
PÁG. 6

Concertação social
Patrões querem compensações para acomodar aumento do salário mínimo
PÁG. 14

Morte de Ihor Homeniuk
Ex-diretora nacional do SEF faltou a julgamento. Vai ser ameaçada de detenção
ÚLTIMA

Quanto vale uma fotografia?
LEE MILLER – NA LINHA DA FRENTE é um filme para resgatar do esquecimento uma notável fotógrafa dos cenários da Segunda Guerra Mundial. Interpretada por **Kate Winslet**, ela é alguém que conhece o valor informativo e moral de cada imagem. PÁGS. 24-25

Editorial

Leonídio Paulo Ferreira
Diretor adjunto do Diário de Notícias

Há mais ONU além do veto

O uso do veto pelos membros permanentes do Conselho de Segurança é "demasiado recorrente" e "por vezes até abusivo", disse ontem Luís Montenegro em Nova Iorque aos jornalistas. E tem toda a razão o primeiro-ministro português nesta denúncia, pois em 79 anos raras vezes saíram do órgão mais poderoso da ONU decisões que resolvessem conflitos, pois cada potência dá prioridade à proteção dos seus aliados, como tem feito a Rússia, travando há mais de uma década qualquer resolução condenatória da Síria, ou como fazem os Estados Unidos tradicionalmente em relação a Israel.

Logo aquando da fundação das Nações Unidas, em 1945, o estatuto especial conferido aos cinco países vencedores da Segunda Guerra Mundial suscitou dúvidas aos restantes membros, que receavam sobretudo que, quando qualquer um desses membros permanentes do Conselho de Segurança estivesse envolvido num conflito, o seu próprio veto travaria qualquer medida. Mas o que se tem passado, vai muito além disso, pois o veto protege o próprio, sim, mas também aqueles sob a sua proteção. Por isso Estados Unidos e União Soviética/Rússia destacam-se claramente em termos de veto, antes e depois do fim da Guerra Fria. Reino Unido, França e China também têm, diga-se, um longo historial de utilização.

O clima de Guerra Fria que rapidamente se impôs a seguir à Segunda Guerra Mundial explica em grande medida a incapacidade crónica de os cinco grandes se entenderem para tentar resolver as crises do mundo, e não foi por acaso que a resolução que fez um ultimato em 1990 ao Iraque para retirar as suas tropas do Koweit aconteceu num ambiente internacional em que as duas superpotências já não sentiam obrigação de estar em lados opostos, e além disso Saddam Hussein não tinha grandes amigos nem em Washington, nem em Moscovo.

Também o percurso e personalidade de Muammar Kadhafi ajudarão a explicar a ausência de veto tanto da Rússia como da China (ambas se abstiveram) na resolução que levou ao ataque à Líbia em 2011 em socorro da oposição e que resultou na queda do regime e morte do coronel que governava aquele país árabe há 40 anos.

Curiosamente, a maioria das propostas para modernização do Conselho de Segurança passa mais por um alargamento do número de membros permanentes do que pela revogação do estatuto especial dos Estados Unidos, da Rússia, da China, do Reino Unido e da França. No fundo, os candidatos não estão dispostos a prescindir do direito de veto, o mais óbvio sinal de poder no sistema onusiano, hoje integrado por 193 países, que vão desde a superpopulosa Índia (a mais óbvia candidata a uma posição igual à dos cinco grandes) ao minúsculo Tuvalu.

Portugal, que é candidato para o biénio de 2027-2028 a ser um dos dez membros não-permanentes no Conselho de Segurança, defende uma atualização do número de membros permanentes, com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, a esclarecer que no discurso que fará perante a Assembleia-Geral Montenegro irá defender o alargamento a dois países africanos, mais a Índia e o Brasil. A posição diplomática portuguesa desde há muitos anos sobre uma eventual reforma do Conselho de Segurança é clara sobre a Índia e também sobre o Brasil, mas deixa aos países africanos a decisão sobre os eventuais representantes, com os países mais óbvios a serem Nigéria, Etiópia e Egito, mas não é difícil imaginar que outros, como a África do Sul, tenham argumentos a apresentar.

Não sendo, porém, provável que a reforma do Conselho de Segurança aconteça, nem por via do alargamento do número de membros permanentes nem por via do fim do direito de veto, não nos deixemos fixar nas discussões bizantinas do seu órgão mais poderoso sobre a Ucrânia ou Gaza para desacreditar a ONU. Com todos os defeitos que tem, é o único fórum onde todos falam com todos e os pequenos têm possibilidade de se fazer ouvir. Além disso, nunca me canso de relembrar, sem as campanhas de vacinação da OMS, o apoio aos refugiados pelo ACNUR ou a ação da UNICEF o mundo seria certamente muito pior.

OS NÚMEROS DO DIA

9000

CHAMADAS EM 5 DIAS
relacionadas com incêndios florestais foram recebidas pelo número telefónico de emergência 112. Tratou-se do período entre os dias 15 e 19 de setembro e a maioria teve origem nos distritos do Porto, Aveiro, Braga e Viseu.

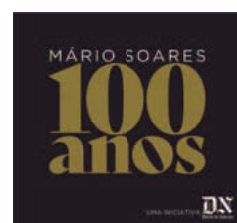
51

MORTOS
e 220 feridos foi o balanço feito pelo ministro da Saúde libanês, Firass Abiad, relativamente à sequência dos intensos ataques israelitas que visaram ontem várias localidades no Líbano. O anterior balanço das autoridades libanesas tinha dado conta de 15 mortos.

6%

DE DÉFICE PÚBLICO
acima do PIB em França é fasquia em "risco" de ser ultrapassada este ano, contra os 5,1% previstos, disse ontem o ministro do Orçamento, Laurent Saint-Martin.

13

MILHÕES DE €
é quanto o Conselho da União Europeia aprovou ontem em apoio para reforçar o Exército da Macedónia do Norte. Este montante será gasto em equipamento e formação, no âmbito do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz.

26.9.2024

Direção: Filipe Alves (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira, Nuno Vinha e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Diretor de arte** Rui Leitão **Editores executivos** Carlos Ferro, Helena Tecedeiro, Pedro Sequeira **Editor executivo adjunto** Artur Cassiano **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Fernanda Câncio e Leonardo Ralha **Editores** Sofia Fonseca, Carlos Nogueira, Ricardo Simões Ferreira, Rui Frias, Filipe Gil e Nuno Fernandes **Redatores** Alexandra Tavares-Teles, Amanda Lima, Ana Meireles, César Avó, David Pereira, Isabel Laranjo, Isaura Almeida, Mariana de Melo Gonçalves, Rui Miguel Godinho, Susete Henriques, Susana Salvador e Vítor Moita Cordeiro **Revisão** Adelaide Cabral **Arte** Eva Almeida (coordenadora), Fernando Almeida, Filipa Rodrigues e João Coelho **Dinheiro Vivo** Filipe Alves (Diretor) **Evasões** Pedro Lucas (coordenação) **Notícias Magazine** Inês Cardoso (Diretora) **Conselho de Redação** Ana Meireles, César Avó, Fernanda Câncio e Sofia Fonseca **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves ***E-mail* geral da redação** dnot@dn.pt ***E-mail* geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Contactos** RuaTomás da Fonseca, Torre E, 5.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 515; Rua de Gonçalo Cristóvão, 195, 5.º – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100; Rua João Machado, 19, 2.ºA – 3000-226 Coimbra. Tel.: Redação: 961 663 378; Publicidade: 969 105 615. Estatuto editorial disponível em *www.dn.pt*. Tiragem média de fevereiro 2024: 6 084 exps.

ÁGUA

Perdão a Espanha de dívida de 40 milhões é moeda de troca para melhorar caudais dos rios

NEGOCIAÇÃO Volume de água a liberar por Espanha, no Tejo e no Guadiana, passa a ser diário, segundo acordo que é assinado amanhã. Até ao fim do ano, espanhóis deverão começar a pagar 2 milhões pela água de Alqueva, pela primeira vez em 20 anos.

TEXTO **CARLA AGUIAR**

O perdão a Espanha de de uma dívida de 40 milhões de euros pode ajudar a ministra do Ambiente e Energia, Graça Carvalho, e a sua homóloga espanhola, Teresa Ribera, a enterrarem o machado de guerra sobre a gestão das águas transfronteiriças, num acordo que vão assinar em Madrid. Em causa está uma alteração do regime de caudais dos rios Tejo e Guadiana, que tem sido desfavorável a Portugal há várias décadas. E, segundo o DN apurou, está também bem encaminhado o acordo sobre o pagamento dos consumos de água de Alqueva pelos agricultores andaluzes, que deverá avançar ainda este ano.

Para tal, Portugal deverá remeter ao esquecimento uma dívida acumulada de perto de 40 milhões de euros, relativa a 20 anos de consumos de água de Alqueva por parte dos agricultores espanhóis, e contentar-se com o pagamento daqueles consumos só a partir deste ano, soube o DN junto de fonte próxima do processo. "Não é o ideal, mas, ao fim de duas décadas sem pagarem nada, é uma espécie de lança em África."

Nas negociações finais de ontem e hoje, em Madrid, Portugal está a bater-se pela fixação de um volume diário de água a liberar por Espanha para cada um dos rios, em vez do que está atualmente acordado, que é um volume semanal, o que leva à ausência total de água em alguns dias. Há um acordo de princípio sobre essa pretensão, faltando apenas definir os volumes exatos e em que condições. É uma situação "mais equilibrada e favorável para Portugal", mas é nos detalhes que o Diabo se pode esconder, lembram outras fontes ouvidas pelo DN.

Portugal partiu para as discussões com alguns trunfos. Por um lado, é credor de uma dívida de cerca de 40 milhões de euros, pela captação de água da Barragem de Alqueva por parte dos agricultores espanhóis, mas não-paga à EDIA, a entidade responsável pela gestão da albufeira. Só neste verão aquele valor foi oficializado e confirmado pela ministra do Ambiente, tendo em conta um cálculo de cerca de 2 milhões de euros anuais, feito pela EDIA.

O presidente da EDIA, José Pedro Salema, afirmou na ocasião que a situação configura uma "grande injustiça". Para além do uso de um recurso escasso sem o respetivo pagamento, existe ainda a distorção da concorrência entre agricultores, a 100 metros de distância, que operam no mesmo mercado, mas uns pagam, outros não.

Após várias reuniões entre as duas ministras sobre a gestão transfronteiriça dos recursos hídricos, foi obtido em julho um pré-acordo, de que haveria uma compensação por parte de Espanha à EDIA aos consumos feitos pelos seus agricultores. Mas, se do lado português, Graça Carvalho assumiu que Espanha deveria pagar cerca de 2 milhões de euros anuais pelos consumos de Alqueva, do outro lado do Guadiana nunca nenhum governante se comprometeu publicamente com valores.

Do gabinete da ministra da Transição Ecológica e Desafio Demográfico, saiu este verão uma nota que referia apenas que admitia "uma situação atípica (termos em Espanha agricultores com captação em Portugal e títulos legais emitidos pela Confederação Hidrográfica do Guadiana) que importa regularizar, quer em termos de volume, quer em termos de compensação económica pela garantia gerada pela albufeira portuguesa".

Segundo o DN apurou um dos cenários mais prováveis será a EDIA cobrar não individualmente, mas à Confederação Hidrográfica do Guadiana (espanhola) os consumos. Em 30 milhões de euros de faturação relacionada com consumos de água, os 2 milhões não-pagos não deixam de ser relevantes.

O segundo trunfo negocial português poderá ser a necessidade de Espanha obter a validação portuguesa para o desenvolvimento do complexo hidroelétrico José Maria de Oriol II, na Província de Cáceres (na fronteira, junto a Vila Velha de Ródão). Os espanhóis querem fazer um sistema hidroelétrico reversível, em que, em vez de a barragem só turbinar de alto para baixo, também bombeie no sentido inverso, com o objetivo de armazenar a água. "O que é importante Portugal garantir e deixar escrito é o volume de água que esse sistema deixa passar para baixo, para Portugal", dizem as fontes ouvidas pelo DN.

A Agência Portuguesa do Ambiente (APA) identificou a possibilidade de impactos ambientais significativos daquela estrutura a operar pela Iberdrola, o mesmo acontecendo com as organizações ambientalistas.

Uma terceira moeda de troca que Portugal necessitará de usar é a regularização da captação espanhola no Rio Guadiana, na zona do Pomarão (Concelho de Mértola) – que se encontra ilegal, porque caducou –, em troca do projeto nacional de uma nova captação, no mesmo local, para o reforço do sistema de Odeleite-Beliche, no Algarve. É

40

milhões de euros é o valor da dívida acumulada ao longo de 20 anos pelos consumos dos agricultores espanhóis de água da Albufeira de Alqueva, nunca pagos à EDIA.

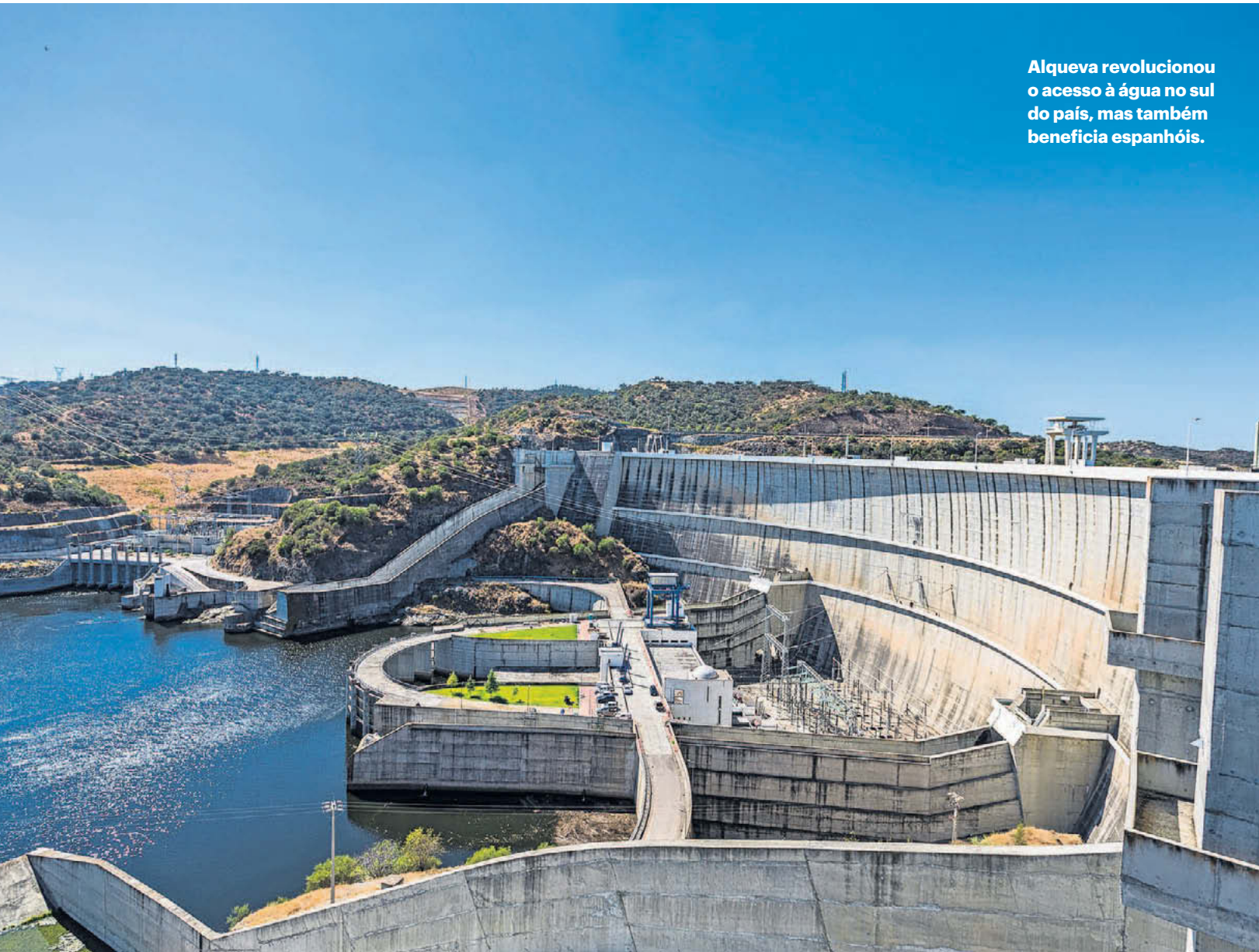
30

Milhões de euros é o valor de faturação anual da EDIA, a empresa que gere a Barragem de Alqueva, só com os consumos de água.

2024

Acordo Até final deste ano, espera-se que seja obtido o acordo final para consagrar a forma de pagamento dos agricultores espanhóis a Portugal.

1998

Convenção Foi neste ano que se assinou a *Convenção de Albufeira* que regula a gestão dos rios internacionais entre Portugal e Espanha. Celebram-se 25 anos agora, em 2024, e a assinatura do acordo sobre os caudais dos rios também pretende assinalar esse marco histórico ainda dos Anos 90.

Alqueva revolucionou o acesso à água no sul do país, mas também beneficia espanhóis.

REINALDO RODRIGUES

da maior importância para Portugal, na medida em que permite abastecer uma região com sistemática falta de água.

Espera-se que as negociações sobre os caudais, nomeadamente, do Baixo Guadiana permitam resolver ou melhorar um impasse que se mantém praticamente desde a assinatura da *Convenção de Albufeira*, em 1998, que foi o último grande acordo entre Portugal e Espanha sobre os seus rios internacionais, com uma ligeira revisão posterior.

A relevância da definição de um caudal diário mínimo (em função da precipitação e da água disponível na albufeira) é crucial, na medida em que é preciso garantir que não há dias sem água, para preservar os ecossistemas, o que nem sempre acontece. Até agora, a gestão dos volumes de água liberados pelas empresas que gerem as barragens estão apenas condicionados a valores totais semanais, o que faz com que, muitas vezes, "liberem apenas em dias e horas de menor procura, quando o custo da energia é mais baixo". Ora, "os peixes precisam de água às terças, quartas e quintas e não apenas aos domingos", sustentam fontes ouvidas pelo DN.

Quem acompanha o processo de negociações refere que há, neste momento, uma feliz conjugação de fatores que podem facilitar um entendimento entre Portugal e Espanha. Do lado português, uma ministra, Graça Carvalho, que, sendo credora de queixas válidas, "se mostrou desde sempre firme na intenção de resolver este assunto; do outro uma ministra, Teresa Ribera, com abertura negocial, que quer fechar o seu mandato sem pendentes delicados", antes de rumar a Bruxelas para ocupar a importante pasta de Comissária Europeia da Energia e da Ação Climática.

Acordo Portugal-Espanha é "pouco abrangente e transparente"

REAÇÃO O convénio deveria abranger as cinco bacias hidrográficas internacionais e os caudais ecológicos, considera o investigador e professor da UTAD, Rui Cortes.

Especialista em ecologia de ecossistemas aquáticos, Rui Cortes considera que as negociações luso-espanholas deveriam abranger todas as cinco bacias hidrográficas internacionais.

O professor e investigador da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) observa que "as cinco bacias internacionais mereciam ser analisadas no âmbito de um convénio luso-espanhol e não apenas as transferências de água hipotéticas de Espanha ou as transferências de água do Guadiana para o Algarve".

Outro aspeto que merece uma nota negativa é o de não terem sido suficientemente envolvidas as organizações não-governamentais, disse numa entrevista recente à TSF.

Face à emergência das alterações climáticas, o especialista – que também é membro do Conselho Nacional de Água e do Movimento pelo Douro – lamenta que a definição dos caudais ecológicos não seja prioridade dos dois Governos. Explica que "o que existe é uma definição de caudais, mas arbitrariamente e que não tem em conta a sustentabilidade dos ecossistemas".

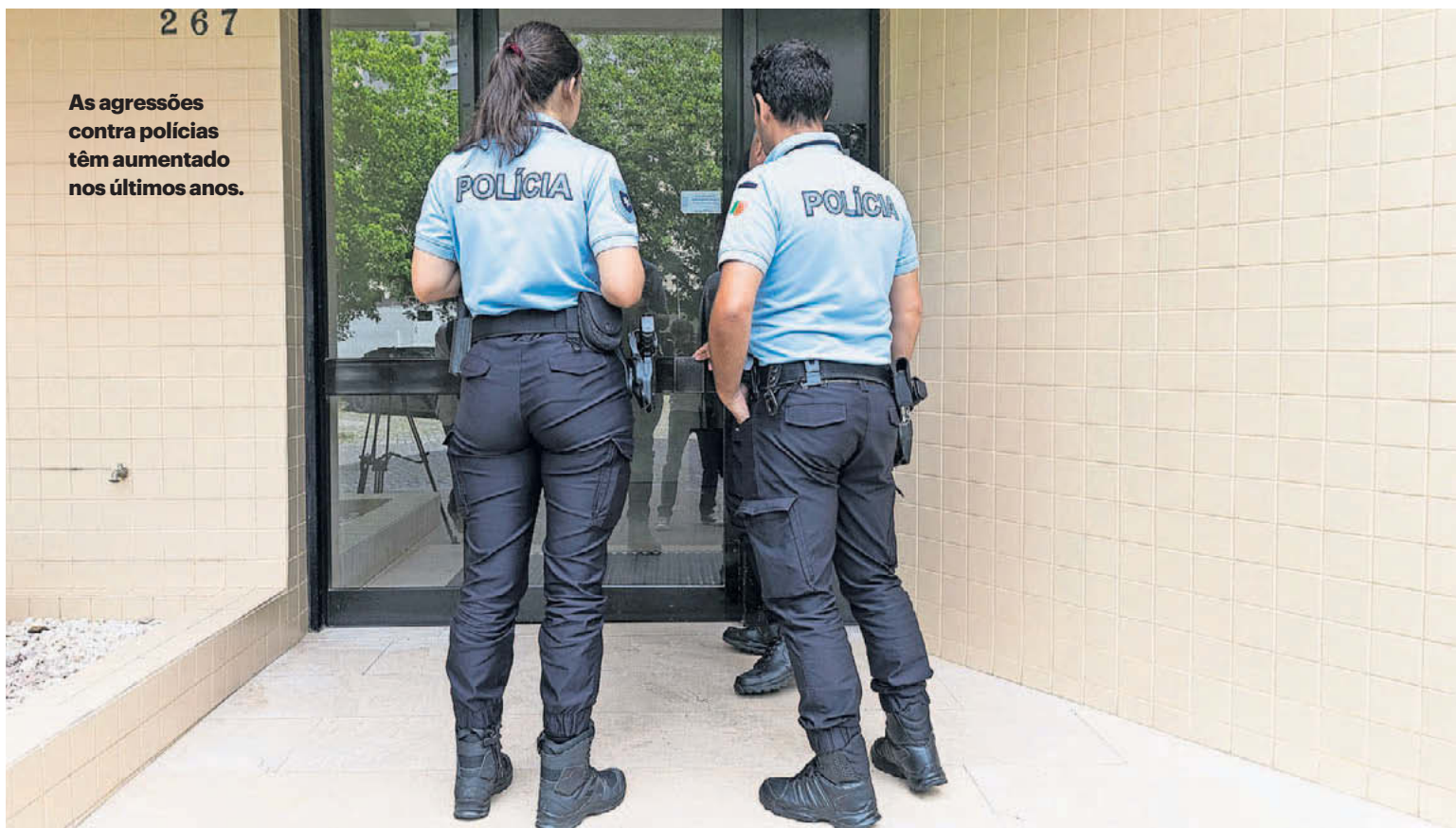
Rui Cortes insiste que "seria necessário definir os caudais ecológicos" e aproveitar estas negociações para os aplicar às cinco bacias internacionais. Sublinha que "o valor dos caudais é essencial para o equilíbrio ecológico" e isso é algo que "a própria Diretiva-quadro da Água define absolutamente como essencial". E acrescenta, "há queixas na Comissão Europeia relativamente à não-definição de caudais ecológicos" nos rios internacionais, e essa "prioridade muito grande" parece "secundarizada" nestas negociações.

As bacias hidrográficas internacionais "merecem planos de gestão conjuntos e não separados", como acontece agora, o que diz ser "inaceitável", referiu na mesma entrevista.

Hidroelétrica espanhola com impacto em Portugal

Em Abril, a Agência Portuguesa do Ambiente notificou Espanha do interesse de Portugal em participar no procedimento de Avaliação de Impacto Ambiental da nova central hidroelétrica a construir em Cáceres. A APA alertou para o projeto espanhol de uma nova central hidroelétrica que pode ter "efeitos ambientais significativos em Portugal" e que esteve em consulta pública até final de maio. Do lado de Espanha, as autoridades remeteram documentação ao abrigo do protocolo em vigor, referindo tratar-se de uma nova central hidroelétrica reversível a construir no Município de Alcántara, Província de Cáceres, aproveitando as albufeiras já existentes de Cedillo e Alcántara II, da responsabilidade da Iberdrola.

As autoridades garantiram que "não condicionará a forma de gestão do volume líquido de água libertada para jusante de Cedillo". Disseram ainda que "estudos de impacto ambiental disponibilizados dão conta de que o novo projeto "produzirá um impacto ambiental moderado", e que os efeitos sobre a Rede Natura 2000 podem ser minimizados.

A Barragem de Cedillo fica na fronteira com Portugal e, dada a definição da linha que separa os dois países, a de Alcántara também fica muito perto. Entre as duas fica o Parque Natural do Tejo Internacional.

As agressões contra polícias têm aumentado nos últimos anos.

PEDRO CORREIA / GLOBAL IMAGENS

Governo vai agravar penas de crimes contra os polícias

SEGURANÇA A proposta de lei, que seguirá para o Parlamento, pretende acentuar a especial censurabilidade e perversidade dos crimes cometidos contra agentes das forças de segurança. Paralelamente, o Governo vai tornar mais exigente a formação dos polícias em Direitos Humanos e em competências adequadas às diferentes comunidades onde estão colocados. Está criado um grupo de trabalho.

TEXTO **VALENTINA MARCELINO**

O Governo está a preparar um diploma sobre o agravamento do quadro sancionatório penal dos crimes praticados contra agentes das Forças de Segurança. Uma versão do texto do diploma foi apresentado na última reunião de secretários de Estado e deverá subir hoje a Conselho de Ministros. Além dos polícias, estão também incluídos os guardas prisionais, os bombeiros e demais agentes da proteção civil.

O objetivo desta alteração é tornar estes crimes automaticamente tipificáveis como de "especial perversidade e censurabilidade", o que, na legislação em vigor, exige um conjunto de circunstâncias agravantes. Na prática, os agentes destes crimes acabam por ficar sujeitos a penas mais leves, sem qualquer efeito de dissuasão, precisamente, porque em boa parte dos casos não se consegue demonstrar essa acrescida perversidade e censurabilidade.

Em causa estão, principalmente, os crimes de ofensa à integridade física simples e qualificada e de resistência e coação da funcionário, quando estejam em serviço ou por causa dele. Pretende o Governo que se prescinda dos indicadores de culpa agravada de quem praticou esses crimes, substituindo-os pela sua especial censurabilidade e perversidade, já referidas.

O DN sabe que o Executivo de Luís Montenegro considera que as molduras penais em vigor são insuficientes do ponto de vista preventivo e que é preciso contribuir para uma maior motivação das forças de segurança, através de um quadro sancionatório mais duro para quem atente contra estas. Se for aprovado em Conselho de Ministros nesta quinta-feira, a proposta de lei seguirá para a Assembleia da República.

> O Executivo de Luís Montenegro considera que as molduras penais são insuficientes do ponto de vista preventivo e é preciso contribuir para uma maior motivação das forças de segurança.

Formação reforçada

Ao mesmo tempo que reforça este quadro sancionatório para que os agentes de autoridade tenham maior proteção da Justiça, o Governo vai também criar condições para uma formação mais exigente que valorize os profissionais da GNR e da PSP. Está criado um grupo de Trabalho, coordenado por Margarida Blasco, "com a missão de preparar e elaborar uma estratégia pedagógica a adotar pelos estabelecimentos de ensino das forças de segurança".

O despacho da ministra da Administração Interna, publicado nesta quarta-feira em *Diário da República*, diz que "o exigente ambiente em que as forças de segurança atuam e no qual os nossos cidadãos reivindicam segurança, legitima um investimento por parte do Estado, em meios técnicos, capacidade operacional, ferramentas jurídicas, formação inicial e contínua e, sobretudo, uma forte aposta na dignificação das carreiras".

O Grupo de Trabalho, que integra representantes da GNR, da PSP, respetivas escolas de formação e da Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI), deverá concluir os trabalhos até 16 de dezembro.

A mencionada "estratégia pedagógica" servirá para "facilitar a aquisição de competências na formação inicial e a sua necessária atualização perante as necessidades operacionais específicas", prevendo "a formação contínua e ao longo da carreira, bem como a definição de perfis dos elementos policiais a formar, que atenda, entre outras, às diferentes e variadas missões de que estão encarregues e aos locais onde exercem as suas competências, às características da população que servem, à diversidade do tecido social, ao tipo de criminalidade mais frequente que difere ou pode diferir em função dos locais de atuação policial".

Entende Margarida Blasco que a "estratégia formativa" deve enquadrar "uma forte cultura de Direitos Humanos" reforçando a "confiança do cidadão nas forças de segurança". "Não são toleráveis a tortura, não se suportam, nem se aceitam tratamentos cruéis, desumanos, degradantes, nem se pode conviver com comportamentos discriminatórios no âmbito da atuação das forças de segurança", é sublinhado.

Este plano de Blasco começou a nascer ainda quando foi inspetora-geral da IGAI, no âmbito da primeira "Cartografia do Risco" feita por sua ordem, que fez, durante quatro anos, uma "radiografia" à atuação das polícias, à sua formação, organização e condições de trabalho. Na altura, em 2019, foram identificadas falhas na formação em Direitos Humanos, falta de preparação dos polícias para os diferentes contextos sociais em que atuavam, uma distribuição desadequada do dispositivo e défice de efetivo.

A IGAI propôs uma verdadeira reforma no sistema – desde um reforço da formação dos agentes e guardas, passando por uma reorganização de postos e esquadras pelo país, e especialização dos polícias de acordo com as áreas de intervenção. Desde logo ficou prevista a formação de um grupo de trabalho, com as características do agora criado, bem como a escolha de dois ou três concelhos de Lisboa, Porto e Setúbal, para serem alvo de um projeto-piloto.

O plano foi entregue ao então ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, que optou por ignorar este trabalho, afirmando desconhecer a "cartografia", apesar de esta ter sido enviada aos comandos da GNR e da PSP, e divulgada pelo Diário de Notícias.

Montenegro e Pedro Nuno Santos ‘retomam’ diálogo iniciado sem eles

ORÇAMENTO Governo e PS devem repetir os mesmos nomes da primeira reunião, mas agora com os seus líderes. André Ventura e Rui Rocha puderam falar a sós com o primeiro-ministro.

TEXTO **LEONARDO RALHA**

Luís Montenegro disse ontem que espera por "uma aproximação de posições que seja passível de viabilizar" a proposta de Orçamento do Estado para 2025 na reunião que irá fazer amanhã com Pedro Nuno Santos. Em Nova Iorque, onde hoje discursa na Assembleia-Geral das Nações Unidas, o primeiro-ministro garantiu empenho "em não dar instabilidade política, social e económica ao país", contando que o secretário-geral do PS tenha igual objetivo.

A primeira reunião entre Luís Montenegro e Pedro Nuno Santos sobre o Orçamento do Estado, após a guerra de comunicados entre PSD e PS, porá frente a frente delegações que, tirando os dois líderes, já se encontraram em julho – sabendo que o primeiro-ministro não estaria, por motivos de saúde, nos contactos iniciais com a oposição, o socialista resolveu excluir-se. Do lado do Governo devem voltar a estar os ministros das Finanças, Miranda Sarmento; dos Assuntos Parlamentares, Pedro Duarte – que disse ontem que o Orçamento será "um motor de melhoria para a vida das pessoas" –, e o da Presidência, Leitão Amaro, enquanto tudo indica que o secretário-geral do PS trará consigo a líder parlamentar Alexandra Leitão e os deputados António Mendonça Mendes, Marina Gonçalves e Carlos Pereira, que é o coordenador dos socialistas na Comissão de Orçamento e Finanças.

PS reuniu-se com o Governo em julho, sem líderes dos dois lados.

ÁLVARO ISIDORO / GLOBAL IMAGENS

Muito diferentes foram as reuniões "discretas" do primeiro-ministro na segunda-feira, antes de voar para Nova Iorque, com os líderes do Chega e da Iniciativa Liberal. Ao que o DN apurou, esses contactos foram literalmente bilaterais, com Montenegro a receber André Ventura e Rui Rocha na sua Residência Oficial para conversas a dois. Os contactos com os dois partidos foram vistos com maus olhos por Pedro Nuno Santos, que se referiu a "reuniões secretas". Também por isso, o líder parlamentar do PSD, Hugo Soares, instou ontem os deputados do partido a manterem "recato" até à reunião de amanhã.

CALENDÁRIO

DEBATE NA GENERALIDADE
Estando definido legalmente que a proposta de Orçamento do Estado para 2025 terá de ser entregue na Assembleia da República até 10 de outubro, foi ontem estipulado, em conferência de líderes, que o debate na generalidade deve ser a 30 e 31 de outubro. As datas têm ainda de ser aprovadas na Comissão de Orçamento e Finanças.

ESPECIALIDADE E GLOBAL
A aprovação desse calendário levará a que o debate na especialidade decorra entre 22 e 28 de novembro, com a votação final global marcada para esse último dia. Mas para isso é preciso que a proposta não seja chumbada logo na generalidade.

MINISTROS EXPLICAM-SE
Previamente definida na Comissão de Orçamento e Finanças foi o arranque da discussão orçamental com os vários membros do Executivo. O primeiro será o ministro de Estado e das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento, a 28 de outubro.

PLS foi legalizar-se já com uma app e ligações à ALDE

NOVO PARTIDO Promotores querem apelar a eleitores em busca de "um PSD mais liberal ou de uma IL mais social".

TEXTO **LEONARDO RALHA**

O Partido Liberal Social (PLS) deu ontem início ao processo de legalizaçãono Tribunal Constitucional, mas já tem uma *app* para os militantes e iniciou contactos com o ALDE, até agora representado em Portugal só pela Iniciativa Liberal (IL). Os seus promotores querem participar no congresso do partido europeu, que se realiza em Lisboa, no início de outubro, com estatuto de observadores.

José Cardoso, que disputou a IL com Rui Rocha e Carla Castro, disse ao DN que, "de forma muito simplista", se pretende apelar a eleitores em busca de "um PSD mais liberal ou de uma IL mais social". E, sem revelar quantos se inscreveram, garante estar "muito contente e surpreendido" com a resposta à iniciativa.

PAULO SPRANGER

Foi em quatro caixotes que José Cardoso e os restantes promotores do partido entregaram ontem 7800 assinaturas e o projeto de estatutos.

"Muito orientados para governar", os membros do PLS apontam para a ida a votos nas autárquicas de 2025, "apesar de serem as mais difíceis para um partido pequeno". Quanto a eleger deputados, Cardoso diz que "se as legislativas não forem antecipadas a probabilidade é superior, pois dá tempo para fazer o nosso trabalho", ressalvando que "não vivemos com essa ansiedade".

Um jogo classificado pelos curadores como "teoricamente infantil", com imagens de Mário Soares, Álvaro Cunhal e Isabel do Carmo.

Cronómetro que media a intervenção dos deputados.

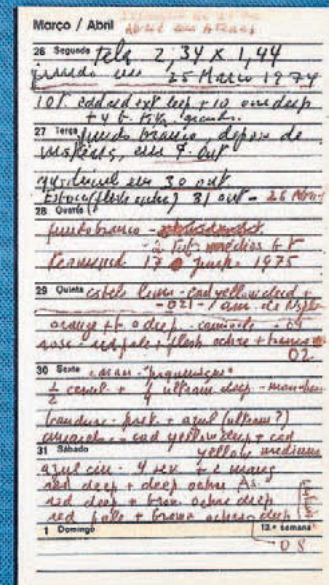
Exposição mostra *Viragem Histórica* com 50 anos

TEXTO
VÍTOR MOITA CORDEIRO
FOTOS
REINALDO RODRIGUES

A sala ampla no Museu Nacional de História Natural e de Ciência, em Lisboa, que desde ontem é ocupada pela exposição *Às Armas ou às Urnas – Povo, MFA e Forças Armadas: entre revolução e democracia (1974-1982)* está cheia de memórias embalsamadas do 25 de Abril. São fotografias, objetos históricos – como o cronómetro utilizado para medir o tempo das intervenções na Assembleia Constituinte –, ou artigos didáticos que mostram as caricaturas de Álvaro Cunhal ou Mário Soares. Desenvolvida pela Comissão Comemorativa dos 50 anos de 25 de Abril, liderada pela historiadora Maria Inácia Rezola, a exposição tem curadoria de Bruno Cardoso Reis, David Castaño e Gonçalo Margato.

O último, o mais novo dos três historiadores, explicou a importância dos "movimentos sociais", que se resumem à "adesão popular", ou seja, "as grandes massas sociais que permitem, logo no dia 25 de Abril de 1974, a conversão do que seria um golpe militar numa revolução".

Pouco depois, a contextualização de Maria Inácia Rezola sobre a exposição resumiria o objetivo destes investigadores: "Se a Constituição e a organização popular foi destacada logo no início da exposição, porque, sem dúvida, foram um fator determinante para o sucesso da *Operação Viragem Histórica*, o segundo tema que se quis destacar foi a descolonização." "Um dos motores para o 25 de Abril", concluiu a comissária. A exposição pode ser visitada até 16 de fevereiro de 2025.

Maria Inácia Rezola e a imagem que remete para o "quadro de Nikias Skapinakis", segundo a própria. Ao lado, anotações do pintor relativas aos acontecimentos em 1974.

Copos que evocam a Junta de Salvação Nacional, António de Spínola e Vasco Gonçalves.

Página do Diário de Notícias com artigos sobre as antigas colónias.

Vídeo com o comunicado de Spínola sobre a descolonização.

O passado não é um país estrangeiro
Alberto Costa

A União Europeia em Nova Iorque

As prioridades aprovadas pelo Conselho Europeu em Junho chegam esta semana à Assembleia-Geral da ONU que está a decorrer em Nova Iorque, no debate de alto nível que aí reúne chefes de Estado e de Governo do mundo inteiro. A missão pertence a Charles Michel, que aí marcou presença como nos últimos anos. Também esta semana, no multilateral e no bilateral, a presidente da Comissão Europeia teve a sua agenda na cidade.

Numa altura em que estava ainda fresca a resolução que enquadra o acesso à organização das figuras institucionais do Tratado de Lisboa, a agenda da União Interparlamentar permitiu-me assistir a parte de uma dessas assembleias-gerais, em que iria intervir o primeiro "presidente permanente" do Conselho Europeu. Em representação de Estados dos vários continentes, sucederam-se, como esta semana, intervenções de dirigentes de primeiro plano (dos actuais, recordo-me de nessa lista aparecerem já Erdogan e Lula da Silva, que esta semana já reuniu com Von der Leyen).

Da Europa foi ouvida , primeiro, uma boa meia-dúzia de países , incluindo membros do Conselho de Segurança . Só mais tarde chegaria a vez de Van Rampuy o fazer em nome da UE : diferentemente dos outros interventores, teve de explicar porque estava ali (antes, recordo, a solução rotativa fazia com que a representação, a esse nível, fosse assumida pelo Estado-membro que detinha a presidência do Conselho).

Sendo Durão Barroso então o presidente da Comissão, depois dessa intervenção alguns colegas da UIP doutros continentes fizeram-me perguntas sobre o orador e o seu cargo e a lógica europeia que ali o levava. E voltaram-me por isso ao espírito – de forma tão viva que me acode primeiro esse momento em Nova Iorque do que os próprios debates em Bruxelas – os argumentos trocados anos antes, quando se tratava de moldar, originariamente, o cargo que ali levava Van Rampuy.

É que, logo à partida, a distribuição de papéis no domínio da acção externa – de que a representação é dimensão relevante – entre presidente do Conselho Europeu , presidente da Comissão e um alto representante agora posicionado como vice-presidente da Comissão e presidente do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros tornava fácil prever também problemas e efeitos negativos.

Isso levou até um jurista como Robert Badinter , antigo presidente do Conselho Constitucional francês, a defender nesse debate, com argumentos sérios, que o presidente permanente do Conselho Europeu, então em debate , ficasse , na esfera externa , com papel "análogo ao do presidente da República Federal Alemã". Os factos comprovariam que alguma razão estava, a seu tempo, com os que preveniam em relação aos efeitos menos favoráveis – internos e externos – decorrentes da valorização simultânea dos três cargos. Mas a vida fez o seu caminho e o *Tratado de Lisboa* é como é.

As limitações e demais desvantagens que têm sido vividas ao longo dos anos no que respeita à Assembleia-Geral da ONU – algumas decorrentes, também, da insatisfatória resolução que enquadra a participação da UE – não são insignificantes, mas terão, por si, um relevo limitado. Contudo, não estão ausentes noutro tipo de relações, quer multilaterais quer bilaterais (que para grande número de objectivos requererá concertações que, como já visualizámos, nem sempre se finalizam com felicidade). Esta semana, mais uma vez, os dois "presidentes permanentes" estavam, com agenda diversificada, em Nova Iorque. Nada de anormal ou inédito, e cada um com a sua justificação própria, inclusive na letra dos tratados. Mas de há anos para cá muitos dos sinais emitidos têm potencial para diminuir e não para somar.

Com a Europa mais "soberana" ou mais "provincial", é este um domínio em que haverá muito para fazer no próximo ciclo político, mesmo sem alterações nos tratados. Se as soluções forem procuradas apenas sob o mote do "espírito de equipa", o preço a pagar poderá ser elevado, como se pressente na estrutura e composição do órgão cujos membros irão em breve passar pelo crivo dos parlamentares europeus.

Advogado, ex-ministro da Justiça. Escreve sem aplicação do novo Acordo Ortográfico

Opinião
Pedro Marques

O país a arder (outra vez)

Depois de vários meses de acalmia no continente (ao contrário do que se tinha passado na Madeira), eis que os fogos chegaram de forma descontrolada mesmo no final do verão. A área ardida galgou rapidamente e, em poucos dias, este tornou-se um dos piores anos da última década.

Assisti aos acontecimentos com preocupação – em jogo estão vidas humanas, incluindo dos corajosos homens e mulheres que se entregam à proteção civil –, mas também com frustração. Digo frustração porque, nos últimos anos, vi serem realizadas na Zona Centro obras de instalação de estradões florestais e limpeza de grandes áreas de proteção, e a reforma da Proteção Civil tinha sido uma realidade por mim já elogiada. A verdade é que, perante condições climatéricas muito adversas, de pouco valeu o trabalho antes realizado.

A verdade insofismável é que o despovoamento do interior e a persistência de um povoamento florestal orientado para o rendimento rápido, com pouco ou nenhum cuidado das áreas plantadas (o eucalipto à cabeça das opções economicamente mais aliciantes), leva a que periodicamente, após alguns anos de queimada, regresse de forma explosiva o risco de novos incêndios de larga escala no mesmo território, por a matéria combustível recuperar, nesse período (uma dezena de anos ou um pouco menos), todo o seu potencial combustível.

Lembro-me do efeito devastador no Caramulo dos incêndios de 2017, e como dos populares se ouvia: "Isto nunca mais será o mesmo." Pois bem, regressar hoje àquelas áreas ardidas é ver as giestas altas, os pinheiros e eucaliptos já enormes, a Natureza renascida em todo seu esplendor (mas também trazendo todo o risco de novos e grandes incêndios).

Com o avançar das alterações climáticas, fica cada vez mais óbvio que o povoamento do território está desajustado das condições naturais prevalecentes. Será preciso uma coragem enorme para intervir no reordenamento florestal do país, muito para lá do que já foi feito, e muitas vezes contra a vontade de proprietários que vêm curto ou que não têm simplesmente as posses para proceder às mudanças que se reclamam.

Conhecer a propriedade rústica, avançar de modo decidido com soluções de gestão coletiva dos espaços rurais, alterar de modo permanente as escolhas do plantio nas zonas de risco é necessário e urgente, se se pretender evitar que daqui a uns anos estejamos outra vez a lamentar uma nova vaga de incêndios. Nos concelhos agora afetados, temos mais ou menos uma década para agir…

Será o país capaz de gerar consensos para tão dramática reforma? A ajuizar pelas rábulas contínuas em torno da elaboração do Orçamento de Estado, receio bem que não. Continuamos apenas em modo de política de curto prazo, depois do derrube incompreensível de uma maioria absoluta.

Economista

8
VALORES
Luís Montenegro

Andou bem o primeiro-ministro, primeiro, adiando a sua agenda partidária para se concentrar na resposta à calamidade que assolava o país. Andou muito mal depois, quando quis apagar a imagem de uma ministra fraca e desaparecida e quis ser mais populista que o Chega, desviando atenções para o tema do fogo posto. Não prestou nenhum bom serviço à resolução estrutural dos problemas do mundo rural, antes pelo contrário.

Santander e Aga Khan aliam-se na formação de 1500 professores

RESPONSABILIDADE SOCIAL Fundação Santander Portugal vai apoiar com 300 mil euros projeto internacional Escolas 2030, da fundação Aga Khan, que já abrange 108 escolas nacionais.

TEXTO **JOSÉ VARELA RODRIGUES**

A fundação Santander Portugal juntou-se à fundação Aga Khan, que lidera a iniciativa Escolas 2030, para apoiar na capacitação de 1500 professores com novas competências, em Portugal, e alargar o número de escolas que por cá já beneficiam daquele programa. É a primeira entidade nacional a associar-se à iniciativa e a parceria é apresentada esta quinta-feira.

A parceria prevê um investimento de 300 mil euros até ao ano letivo 2026/2027, incluindo apoios à investigação científica em novas práticas educativas, e a criação de uma "bolsa" de 30 formadores ainda este ano.

O Escolas 2030 é um programa internacional na área da educação que, desde 2020, abrange mil escolas públicas, 50 mil professores e meio milhão de alunos, no Afeganistão, Brasil, Índia, Quénia, Quirguistão, Paquistão, Portugal, Tajiquistão, Tanzânia e Uganda. Em Portugal, a iniciativa está a decorrer em 108 escolas (17 agrupamentos escolares) nas regiões de Lisboa, Porto, Sintra, Gondomar, Alcanena e Marinha Grande, sendo a Universidade do Porto e o ISCTE-IUL os parceiros científicos.

"O Programa Escolas 2030 traduz o compromisso de um consórcio global com a transformação do sistema educativo, a partir do fortalecimento dos professores", afirma ao DN Karim Merali, CEO da fundação Aga Khan. O objetivo global, adianta, é "a melhoria das aprendizagens holísticas de crianças e jovens em todo o mundo".

O programa incide, sobretudo, nos principais anos de transição dos ciclos de aprendizagem, que ocorrem aos cinco, dez e 15 anos, focando-se em novas práticas e metodologias de ensino em quatro grandes áreas: literacia; numeracia; competências socioemocionais; e a capacidade de resolução de problemas.

Segundo conta ao DN Inês Oom de Sousa, presidente da Fundação Santander Portugal, a nova parceria reforça o acesso à educação e apoia "a melhoria do sistema educativo em Portugal" ao focar-se "especificamente nos três grandes ciclos, onde há maior abandono escolar, onde as crianças precisam de mais apoio de um professor com outro tipo de competências para os ajudar a transitar para o novo ciclo de ensino".

Inês Oom de Sousa
Presidente da Fundação Santander Portugal

Karim Merali
Presidente executivo da Fundação Aga Khan

"Nós temos um número mágico de 1500 professores [para capacitar]. Depende, agora, da capacidade das escolas em conseguirem ou não introduzir tecnologias que capacitem os professores", diz.

E haverá interesse do lado das escolas e dos professores em abordar novas práticas e métodos de ensino? "Acho que os professores estão ávidos para fazer as coisas de forma diferente. Os jovens de agora são diferentes dos jovens de antigamente e precisam de novas formas de aprendizagem", responde.

A gestora defende "metodologias inovadoras, que não sejam ter alunos nas salas de aula a decorar o que vão aprender". "O foco pode ser aprender através do ato de brincar, ou exercícios que impliquem movimentação", exemplifica, comentando que atividades de ensino mais lúdicas podem ajudar a desenvolver "competências do futuro, como a criatividade, a capacidade de resolver problemas, a comunicação e a colaboração". "Há estudos que dizem que estas são as competências essenciais para qualquer trabalho que um jovem possa ter no futuro, e com estas três competências conseguirão, obviamente, ter conhecimentos técnicos e adaptar-se a qualquer trabalho".

Para aprofundar o programa Escolas 2030 em Portugal, a fundação Santander Portugal vai lançar uma plataforma para escolas e professores se candidatarem, segundo Inês Oom de Sousa, que lembra que iniciativas anteriores, também no âmbito da educação, tiveram sucesso.

"Acho que tem sido muito mais fácil do que estava à espera. No verão, lançámos um concurso para todas as escolas portuguesas de 1º e 2º ciclos, para indicarem que projetos promovem para ensinar através de uma brincadeira qualquer e tivemos mais de 420 candidaturas, escolas de todos os distritos. E fiquei admirada com a criatividade que muitas pessoas têm, que muitas escolas têm, para ensinar de uma forma completamente diferente do passado", relata, dando conta que em muitos casos o fazem "com poucos recursos".

A ideia da nova parceria é ajudar a criar recursos, dando importância à autonomia e à iniciativa dos professores, "reconhecendo-os como o principal agente promotor de mudança".

Atividades lúdicas desenvolvem a criatividade e comunicação, sublinha Inês Oom de Sousa.

IRID

Assistentes operacionais lutam por melhores condições salariais.

IVO PEREIRA / GLOBALIMAGENS

Greve do pessoal não-docente ameaça encerrar escolas

EDUCAÇÃO Assistentes operacionais, técnicos superiores e assistentes técnicos estarão amanhã em protesto. É a segunda paralisação no espaço de uma semana. E na próxima haverá outra. Diretores de escola avisam pais para a possibilidade de fecharem estabelecimentos.

TEXTO **CYNTHIA VALENTE**

Alunos e encarregados de educação arriscam dar de caras com escolas fechadas amanhã. Pela segunda semana consecutiva, há greve marcada pelo pessoal não-docente – assistentes operacionais, técnicos superiores e assistentes técnicos. Depois de já terem estado em protesto na passada sexta-feira, dia 20, fechando várias escolas um pouco por todo o país, voltam a parar amanhã e o mesmo se vai passar na semana seguinte, dia 4 de outubro, com mais uma sexta-feira de greve.

Convocado pelo Sindicato Independente dos Trabalhadores de Organismos Públicos e Apoio Social (SITOPAS), o protesto do pessoal não-docente luta por aumentos salariais, pela redução da idade da reforma, exclusividade de funções e inscrição na Caixa Geral de Aposentações para todos, entre outras reivindicações, esclarece o presidente da estrutura sindical, Jaime Santos.

"Estes trabalhadores que prestam serviço ao Ministério da Educação (ME) estão a ser desvalorizados pelos municípios e pelo ME. São funcionários essenciais nos agrupamentos de escolas, que fazem tudo e mais alguma coisa – até de psicólogos – e não têm uma carreira específica. Não tem havido vontade política dos sucessivos Governos para melhorar as suas condições", justifica.

Segundo o sindicalista, existem cerca de 400 mil assistentes operacionais (AO) e assistentes técnicos (serviços administrativos), que não são valorizados. "Foram enviados para as autarquias e os municípios discriminam estes trabalhadores em relação aos que já estavam nos municípios. As câmaras têm a maior parte deles como precários, a recibos verde ou com contratos a termos certo. A maior parte recebe o salário mínimo", esclarece.

A greve estende-se aos AO do Ensino Superior (ES), onde Jaime Santos acredita que muitas das cantinas irão encerrar.

Filinto Lima, presidente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas (ANDAEP), alerta para a possibilidade do encerramento de escolas, "principalmente de 1º ciclo" e aconselha os pais a estarem de sobreaviso. "As greves do pessoal não-docente causam constrangimentos nas escolas, sobretudo ao nível do 1º ciclo, onde já há pouco pessoal não-docente. E, por vezes, faltando uma ou duas pessoas, a escola já não pode abrir. Do 5º ano em diante, as escolas podem fechar alguns setores mantendo outros abertos", explica.

> Pessoal não-docente reivindica aumentos salariais, redução da idade da reforma, exclusividade de funções e inscrição na Caixa Geral de Aposentações.

O responsável aconselha, assim, os pais a "estarem atentos" e a organizarem-se tendo em conta a possibilidade de a escola estar fechada. Para o próximo dia 4, o conselho é o mesmo. Filinto Lima prevê que a greve da próxima semana possa ter grande adesão, porque "os delegados sindicais estão a ir às escolas a anunciar essa greve a falar com os funcionários".

Filinto Lima entende estas "três greves seguidas" como "uma chamada de atenção, sobretudo para os baixos vencimentos do pessoal não-docente". "É muito reduzido face ao trabalho que desempenham nas escolas", defende. O presidente da ANDAEP alerta ainda para o trabalho excessivo dos funcionários e pela falta de revisão do rácio de AO nas escolas.

"Temos reclamado a revisão da portaria dos rácios, não que as autarquias não coloquem o número que têm de colocar, mas não é suficiente. Temos cada vez mais alunos com necessidades específicas, estudantes migrantes e alunos cada vez mais desafiantes e a portaria dos rácios não é revista há alguns anos", conclui.

Manuel António Pereira, presidente da Associação Nacional de Diretores Escolares (ANDE), também destaca "o papel importantíssimo" que os AO desempenham nas escolas e considera ser necessário rever as condições salariais.

"Não faço juízo sobre os pedidos de greve de quem quer que seja, só temos de estar ao lado deles. Os AO são mal pagos e são cada vez menos. Atendendo ao perfil dos alunos que temos hoje em dia, é cada vez mais difícil o trabalho que fazem e precisamos deles nas escolas. Só tenho de ser solidário com as pessoas que lutam pelos seus direitos desde que o façam de forma justa", sublinha. "Há pessoas com 20 anos de serviço a ganhar o mesmo que alguém que começa agora."

"Não conseguimos chegar a todo o lado"

Carla Cadilhe, assistente operacional há cinco anos numa escola da Póvoa de Varzim, entende que as greves são "uma grande chamada de atenção" para as condições de trabalho do pessoal não-docente. Lamenta o baixo vencimento que os AO recebem e denuncia "muitas injustiças do sistema". "Por exemplo, tenho colegas com 20 anos de serviço a receber o mesmo que alguém que começa agora", conta.

A funcionária diz que a classe se sente desvalorizada, porque, apesar de assumirem várias funções, como o acompanhamento de alunos com necessidades especiais, são vistos "apenas como funcionários de limpeza". Acrescem problemas de falta de recursos humanos, "com uma portaria de rácio que não olha para as diferentes estruturas das escolas".

"A minha escola é grande. Tem uma biblioteca, bar, papelaria, vários postos e não é fácil. Não se tem mãos a medir. Não conseguimos chegar a todo o lado", explica, alertando que a falta de pessoal necessário faz com que não haja vigilância nos recreios.

"Não podemos pensar que atos de violência só acontecem aos outros. A falta de vigilância afeta a segurança de toda a gente: alunos, funcionários e professores", conclui.

Passagem para os municípios "agravou a desvalorização" dos assistentes

Os assistentes operacionais passaram a ser geridos pelas autarquias em 2021, aquando da transferência de competências do Estado para os municípios. Contudo, segundo Paulo Marinho, secretário-geral do Sindicato Independente e Solidário dos Trabalhadores do Estado e Regimes Públicos (SISTERP), a mudança não foi positiva. "Ao invés do que seria expectável, o cenário agravou-se ainda mais com a transferências de competências do Estado para os municípios, pois, pelo que temos vindo a constatar nos mais diversos estabelecimentos de ensino, o pessoal não-docente pouco ou nada ganhou com a mudança para a alçada das autarquias", explica. O sindicalista afirma mesmo que, "caso fosse possível, e nos dias de hoje dessem opção de escolha, o pessoal não-docente não hesitaria em voltar para a tutela do Ministério da Educação".

ESTELA SILVA / LUSA

Joana Bordalo e Sá, presidente da Federação Nacional dos Médicos.

Profissionais de saúde podem parar em conjunto

PROTESTO No último dia de paralisação de médicos e enfermeiros, líder da Fnam critica ministra e levanta cenário de greve mais ampla no setor.

A presidente da Federação Nacional dos Médicos (Fnam), Joana Bordalo e Sá, admitiu ontem, no Porto, uma paralisação conjunta dos profissionais de saúde, caso "nada seja feito" para resolver os problemas do setor. "Se nada for feito, nós eventualmente até teremos de paralisar conjuntamente", afirmou, no segundo e último dia de greve dos médicos convocada pela sua estrutura sindical, em simultâneo com uma greve de enfermeiros organizada pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP).

Adiantando que "dois terços dos médicos fizeram greve" na terça-feira e que ontem era esperada idêntica adesão, a líder sindical referiu que a paralisação dos médicos sentiu-se "muito", sobretudo "a nível dos blocos cirúrgicos". "Foram milhares de cirurgias programadas que acabaram por ser canceladas, adiadas, assim como em termos de consultas de especialidade a nível hospitalar e consultas dos médicos de família nos centros de saúde", afirmou Bordalo e Sá, acrescentando que "também os internamentos de Medicina Interna sofreram um forte impacto".

"Isto só demonstra mesmo o descontentamento que existe entre os médicos. Algo tem de ser feito para termos melhores condições de trabalho e salários mais justos", frisou a dirigente da Fnam. Sobre o facto de a greve dos médicos ter decorrido em simultâneo com uma outra de enfermeiros, Bordalo e Sá disse que isso não foi concertado, mas que "acaba por não ser coincidência de alguma forma, porque todo o setor da saúde está descontente".

"Vamos também ter a greve dos técnicos superiores de saúde, quinta-feira, no Hospital de São João e no IPO, do Porto. Ou seja, todo o setor da saúde está unido na defesa do que é a essência do SNS, que deve ser público, universal, estar a funcionar em pleno e que garanta, de facto, os serviços corretos para toda a população", referiu.

Joana Bordalo e Sá apontou baterias à ministra da Saúde, Ana Paula Martins, e insistiu na ideia de que é necessário "uma ministra que perceba de saúde, senão o caos vai continuar. Nós vamos continuar a ter as grávidas [com os filhos] a nascerem nas ambulâncias, vamos continuar a ter os Serviços de Urgência com equipas muito reduzidas. Ana Paula Martins tem de mudar de atitude ou, eventualmente, ser mesmo substituída, porque não está a levar a saúde a bom porto".

"Qualquer que seja o ministro da saúde sabe que vai ter de negociar com os médicos de forma séria e negociar aqueles aspetos que são essenciais. Não é isso que está a acontecer, tivemos medidas mesmo desastrosas, como o atraso nos concursos, pagamento irregular do trabalho extraordinário e agora, mais recentemente, esta medida abusiva relativamente às nossas férias. Os médicos faltam porque faltam cronicamente no Serviço Nacional de Saúde", acrescentou.

DN/LUSA

> *"Ana Paula Martins tem de mudar de atitude ou, eventualmente, ser mesmo substituída, porque não está a levar a saúde a bom porto."*
>
> **Joana Bordalo e Sá**
> *Presidente da Fnam*

Opinião
Rute Agulhas

"Vou brincar aos presos a fugir da prisão"

Em consulta, tenho tido várias crianças que brincam… à fuga da prisão. Isso mesmo, com a ajuda dos Legos e blocos de madeira constroem uma prisão, os soldadinhos verdes são os guardas e os presos trepam pelas paredes. No final, dizem-me estas crianças, "eles fogem e não os conseguem apanhar, e agora eles podem fazer-nos mal, porque são maus". Outras crianças têm também referido o medo que sentem em ser "apanhadas" por estes prisioneiros em fuga. E assim se desenrolam algumas brincadeiras em espaço terapêutico.

Tendo em conta que já brinquei a esta brincadeira várias vezes nas últimas semanas, questiono-me sobre várias coisas.

Em primeiro lugar, a exposição de crianças tão novas (algumas com 4 ou 5 anos de idade) a este tipo de conteúdos. É necessário apertar o cerco da supervisão parental e controlar de forma mais eficaz os conteúdos a que as crianças são expostas, não esquecendo a sua imaturidade cognitiva e emocional que, naturalmente, compromete a capacidade em compreender muitas das notícias que veem e ouvem

Depois – mais grave ainda, penso eu –, a ausência de ajuda por parte dos adultos para o processamento desta informação. O que significa estar preso e fugir da prisão? Como combater alguma sensação de insegurança e vulnerabilidade que possa surgir? Não que tenhamos de explicar às crianças o que falhou no Sistema Prisional em Portugal, mas, sim, ajudá-las a gerir as suas emoções e a sentirem-se mais protegidas.

Falamos das fugas da prisão, mas também as guerras, os refugiados afogados no mar e os incêndios são temas de brincadeira de muitas crianças. Que, necessariamente, reproduzem no plano simbólico aquilo que as angustia e preocupa, projetando na sua atividade lúdica tudo o que habita o seu mundo interno. Brincar a estas brincadeiras acaba por criar uma oportunidade única para ajudar as crianças a elaborar aquilo que pensam e sentem.

Perante estas situações adversas, que as crianças experienciam na primeira pessoa ou das quais ouvem falar, é fundamental que os adultos em seu redor mantenham a calma e, com uma linguagem acessível e adequada à idade, expliquem o que se passou, sem alarmismos. É fundamental providenciar suporte emocional e transmitir abertura e disponibilidade para que a criança possa falar sobre o assunto e fazer todas as perguntas que desejar.

> **"É necessário apertar o cerco da supervisão parental e controlar de forma mais eficaz os conteúdos a que as crianças são expostas."**

Psicóloga clínica e forense, terapeuta familiar e de casal

Opinião

Um apelo ao plurilinguismo nas políticas públicas de Educação. União Europeia: Unida na diversidade

O plurilinguismo é um trunfo importante num mundo cada vez mais globalizado. Integrar e promover o plurilinguismo nas políticas públicas de Educação não é apenas uma necessidade cultural, mas também um imperativo económico e social. É essencial reconhecer os benefícios que o plurilinguismo traz aos indivíduos e às sociedades.

Todos os estudos demonstram que a aprendizagem de várias línguas melhora as capacidades cognitivas. As crianças plurilingues desenvolvem uma maior capacidade de resolução de problemas e uma maior flexibilidade mental. O manuseamento de diferentes línguas estimula o cérebro, melhorando a concentração, a memória e a criatividade. Ao encorajar o plurilinguismo, damos às comunidades as ferramentas para se destacarem academicamente e na vida quotidiana.

A competência plurilingue e pluricultural favorece a compreensão e o diálogo intercultural. Em sociedades cada vez mais diversificadas, o domínio de várias línguas permite uma melhor compreensão e apreciação das diferentes culturas. Este facto reduz os preconceitos e a discriminação e reforça a coesão social. A integração do plurilinguismo no ensino público ajuda a formar indivíduos globais respeitosos e empáticos, capazes de navegar com facilidade em ambientes multiculturais.

Em termos económicos, a competência plurilingue é uma vantagem considerável. As empresas procuram cada vez mais profissionais capazes de comunicar com parceiros internacionais. As competências linguísticas e culturais abrem oportunidades de carreira e aumentam a empregabilidade. Para os países, o investimento no plurilinguismo reforça a competitividade na cena mundial, facilitando

> “As empresas procuram cada vez mais profissionais capazes de comunicar com parceiros internacionais. As competências linguísticas e culturais abrem oportunidades de carreira e aumentam a empregabilidade. Para os países, o investimento no plurilinguismo reforça a competitividade na cena mundial.”

o comércio internacional e as relações diplomáticas.

A competência plurilingue desempenha um papel crucial na preservação do património linguístico e cultural. Muitas línguas estão ameaçadas de extinção e as políticas educativas podem contribuir para as salvaguardar. O ensino de várias línguas, incluindo as das minorias, ajuda a manter a diversidade linguística e cultural. Este facto enriquece não só os indivíduos, mas também a sociedade no seu conjunto, ao valorizar e perpetuar tradições e conhecimentos únicos.

A promoção do plurilinguismo nas políticas educativas contribui para reduzir as desigualdades. As crianças de famílias plurilingues podem manter a sua língua materna enquanto aprendem a língua dominante, o que facilita a sua integração social e educativa. Além disso, o acesso à aprendizagem de várias línguas estrangeiras, ao longo de todo o percurso escolar e independentemente do seu contexto socioeconómico, garante uma educação equitativa e inclusiva. Isto permite que cada criança desenvolva todo o seu potencial.

A integração do plurilinguismo nas políticas públicas de Educação é uma opção estratégica benéfica a longo prazo. Os benefícios cognitivos, sociais, económicos e culturais são incontestáveis. Ao investir no plurilinguismo, estamos a preparar as gerações futuras para serem cidadãos do mundo, capazes de contribuir positivamente para uma sociedade diversificada e interligada. É tempo de reconhecer e valorizar o poder do plurilinguismo nos nossos Sistemas Educativos para construir um futuro próspero e harmonioso.

Iniciativa das Embaixadas e dos Institutos Nacionais de Cultura da União Europeia EUNIC-Portugal

Martin Pohl, Embaixador da República Checa em Portugal;
Julia Monar, Embaixadora da República Federal da Alemanha em Portugal;
Martine Schommer, Embaixadora do Luxemburgo em Portugal;
Hélène Farnaud-Defromont, Embaixadora da República Francesa em Portugal;
Vassilis Papadopoulos, Embaixador da Grécia em Portugal;
Lars Steen Nielsen, Embaixador da Dinamarca em Portugal;
Juan Fernández Trigo, Embaixador de Espanha em Portugal;
Dorota Barys, Encarregada de Negócios a.i. da República da Polónia em Portugal;

Jana Binder, Diretora do Goethe-Institut em Portugal;
Dominique Depriester, Diretor do Institut Français em Portugal;
Richard Bueno Hudson, Diretor do Instituto Cervantes em Portugal;
Stefano Scaramuzzino, Diretor do Istituto Italiano di Cultura de Lisboa;
Dinu Gîndu, Diretor do Instituto Cultural Romeno em Lisboa.

BREVES

IVG. BE quer alargar prazo para 14 semanas

O BE propõe o alargamento do prazo, das atuais 10 para 14 semanas, para uma mulher realizar uma Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) por sua opção, e elimina o período de reflexão, num diploma ontem apresentado. Em conferência de imprensa para apresentar o projeto de lei no Parlamento, a coordenadora bloquista, Mariana Mortágua, considerou que, passados 17 anos da primeira lei que em Portugal despenalizou o aborto, em 2007, “é tempo de fazer um balanço”. Entre as alterações propostas está o alargamento do prazo no qual uma mulher pode realizar um aborto por sua opção, das 10 para as 14 semanas. Mariana Mortágua argumentou que o prazo de 10 semanas torna a lei portuguesa uma “das mais restritivas da Europa”.

Médicos. Ordem abre processo disciplinar

A Ordem dos Médicos (OM) encontrou indícios de ilícitos disciplinares na conduta de dois médicos do Hospital de Faro, no âmbito do caso de alegadas más práticas no Serviço de Cirurgia daquela unidade. Questionada pela Lusa sobre o desenvolvimento do processo, desencadeado em abril de 2023 com uma denúncia de uma médica do Centro Hospitalar Universitário do Algarve (CHUA), fonte do Conselho Disciplinar Regional do Sul da OM refere que foi instaurado um processo disciplinar contra dois médicos. “Tal processo foi instruído e após a apreciação dos elementos, foi considerado que existem indícios de diversos ilícitos disciplinares, pelo que foi deduzida acusação contra os visados, que apresentaram a sua contestação”, lê-se numa nota enviada à Lusa por aquele organismo.

Patrões querem compensações para acomodar aumento do salário mínimo

CONCERTAÇÃO SOCIAL Ministra do Trabalho confirmou subida do salário mínimo nacional para 870 euros, em 2025. Mas ainda não há acordo com os parceiros sociais. Governo precisa de fechar *dossier* antes da entrega do Orçamento.

TEXTO **SÓNIA SANTOS PEREIRA**

O Salário Mínimo Nacional (SMN) vai subir para 870 euros em 2025, confirmou ontem a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social à saída da reunião da Concertação Social. "É uma subida significativamente superior ao que estava previsto", afirmou Maria do Rosário Palma Ramalho, referindo-se ao aumento dos atuais 820 euros para 855 euros que estavam previstos no acordo de rendimentos atualmente em vigor. As confederações patronais e sindicais estão de acordo na necessidade da valorização salarial dos trabalhadores, mas a decisão do Governo levanta algumas dúvidas e as empresas exigem medidas de apoio ao crescimento.

Ministro da Economia também esteve presente ontem na reunião com os parceiros sociais.

ANTÓNIO COTRIM/LUSA

Da parte dos representantes dos trabalhadores, a decisão de aumentar em mais 15 euros o valor do SMN face aos 855 euros já previstos também não é consensual. A UGT considera a "proposta positiva" e em linha com o que pretendia. No entanto, "há arestas a limar", nomeadamente no que toca a impostos e ao rendimento médio nacional, para evitar o achatamento derivado do aumento do salário mínimo, considera Sérgio Monte, secretário-geral adjunto da UGT. A proposta do Governo aponta para um referencial de 4,7% para o aumento do rendimento salarial médio em 2025, valor já previsto no acordo de rendimentos fechado em 2022. Ainda assim, Sérgio Monte admite que "haverá possibilidade para se chegar a um acordo" com o Executivo. Já o secretário-geral da CGTP, Tiago Oliveira, defende que "não é com este programa que vamos romper com as políticas de baixos salários". A CGTP voltou a propor uma subida do SMN para os mil euros, mas lembrou que as reuniões bilaterais irão continuar.

No que toca ainda ao aumento do SMN no próximo ano, a ministra do Trabalho não esclareceu se os 870 euros brutos serão tributados em sede de IRS. Maria do Rosário Palma Ramalho também se escusou a revelar os aumentos previstos até ao final desta legislatura. No entanto, segundo foi possível apurar, o objetivo do Governo é que o SMN suba para 920 euros em 2026, para 970 euros em 2027 e atinja os 1020 euros em 2028. Já quanto ao salário médio bruto, a proposta é de uma subida de 4,7% em 2025, de 4,6% em 2026 e de 4,5% nos últimos dois anos da legislatura.

Do lado dos patrões, Armindo Monteiro, presidente da CIP-Confederação Empresarial de Portugal, considera que o documento apresentado "está no bom caminho, mas é insuficiente". A descida do IRC, apoios à promoção do investimento e à capitalização das empresas e o prémio de produtividade isento de impostos são matérias que o patrão dos patrões considera essenciais para viabilizar a proposta. Segundo adianta, "um compromisso com a valorização salarial não pode ser desligado da economia". Armindo Monteiro admite a existência de disponibilidade negocial do Governo em matéria de redução do IRC, mas lembra que também é necessária capacidade negocial, que tem faltado pelo facto de não ter maioria parlamentar. E frisa: "É preciso assumir o compromisso se avança ou não avança". Aliás, vai mais longe, considerando que a medida "não deve fazer parte da disputa eleitoral. É do interesse do país".

A proposta de acordo tripartido prevê uma redução progressiva da taxa de IRC até 2028, passando em 2025 dos atuais 21% para 19%. O documento contempla também isenção de IRS e de taxa social única para os prémios de produtividade, "até ao montante igual ou inferior a 6% da remuneração base anual do trabalhador".

Também para João Vieira Lopes, presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), a preocupação "é encontrar uma plataforma de acordo para acomodar medidas para que as empresas se sintam mais confortáveis" com os aumentos salariais previstos. Vieira Lopes aponta igualmente a descida do IRC, o esclarecimento da questão da tributação autónoma, e ainda a capitalização das empresas e apoios ao investimento. A CCP está disposta a "acomodar os aumentos", mas "algumas medidas têm que ser ainda trabalhadas", frisou.

Francisco Calheiros, presidente da Confederação do Turismo de Portugal (CTP), quer analisar a proposta "com mais detalhe", até porque existe "um acordo de rendimentos em vigor para os próximos quatro anos". Na sua opinião, "as grandes linhas de como chegar a estes novos aumentos – fiscal, laboral, competitividade – não foram esclarecidas, estão em aberto". Para este responsável, "a maior parte das empresas de turismo aguenta esta subida, mas os restaurantes, as de animação turística, as do interior do país, estão a passar um período mais difícil". Francisco Calheiros aponta ainda que a inflação está na casa dos 2,5% e o aumento do SMN é de 6,1%, o que exige "ganhos de produtividade muito grandes".

Para o presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), Álvaro Mendonça e Moura, a proposta do Governo é omissa em duas medidas "muito importantes": dar capacidade ao Ministério da Agricultura de atuar no terreno e reverter a situação de o Estado "arrecadar receita sobre as ajudas pagas pela União Europeia".

Nos próximos dias, haverá nova ronda de reuniões bilaterais. As negociações têm de chegar rapidamente a bom porto para que matérias, como a eventual descida do IRC, sejam inscritas no Orçamento do Estado, cuja data limite para a entrega no Parlamento é 10 de outubro.

sonia.s.pereira@dinheirovivo.pt

Taxa de juro do BCE deve descer até quase 2% no final de 2025

OCDE Avanço da economia europeia está como que refém da Alemanha, a maior, que vai virtualmente estagnar, e dos magros avanços de 0,8% em Itália e 1,1% em França. Espanha, a quarta maior economia da Zona Euro, compensa parcialmente o desaire dos grandes.

TEXTO **LUÍS REIS RIBEIRO**

A taxa de juro principal da Zona Euro, que o Banco Central Europeu (BCE), reduziu no início deste mês para 3,5% (taxa de depósito) deve continuar a aliviar este ano e no próximo, chegando a um patamar de 2,25% no final de 2025, antecipa a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) no seu novo panorama económico intercalar, ontem divulgado.

Assim será porque a política monetária "tem margem" para continuar a descer taxas (ciclo iniciado com um corte de 0,25 pontos percentuais em junho deste ano) uma vez que as pressões inflacionistas têm vindo a recuar e que a economia está a ressentir-se da forte subida de juros que se iniciou em meados de 2022, com muitas empresas e famílias a terem de suportar um fardo maior de endividamento.

Este processo tem penalizado bastante o consumo e o investimento e o resultado está vista: os preços baixaram, mas a atividade também, estando agora a Zona Euro virtualmente estagnada.

Segundo a OCDE, "nos Estados Unidos e na área do euro, projeta-se que as taxas de juro diretoras diminuam mais 1,5 e 1,25 pontos percentuais, respetivamente, até ao final de 2025, aproximando-as de níveis considerados neutros". Ou seja, no caso da Europa, a taxa principal, hoje em 3,5%, ainda pode descer até aos 2,25%, valor no qual deverá depois estacionar.

No mesmo estudo, a OCDE revelou que o crescimento previsto para a Zona Euro neste ano e no próximo deverá permanecer fraco, igual ao que se previa há seis meses (maio), ainda que a tendência seja de recuperação.

Neste novo exercício, que contempla apenas 17 grandes economias de referência do mundo (não inclui dados atualizados para Portugal, isso só acontecerá no *Outlook* de novembro), a OCDE prevê que a Zona Euro se mantenha como uma das economias de referência que menos crescerá este ano, quedando-se por um aumento real do Produto Interno Bruto (PIB) na ordem de 0,7%, igual ao que se dizia nas projeções de maio. É um passo curto sobretudo quando se compara com os 2,6% previstos para os Estados Unidos.

O avanço da economia europeia está como que refém da Alemanha, a maior economia da União Europeia, que depois de ter caído em recessão em 2023, vai virtualmente estagnar (previsão de crescimento de 0,1% este ano, menos uma décima do que em maio). Em cima disto, a OCDE espera ainda avanços magros em Itália (0,8%) e França (1,1%). Espanha, a quarta maior economia do euro e maior parceiro económico de Portugal, compensa parcialmente o desaire dos grandes, devendo crescer 2,8% este ano, mais um ponto do que se julgava há seis meses, estima a OCDE.

No ano que vem, em 2025, há retoma, mas o crescimento da área do euro só deve chegar a 1,3%, diz a organização liderada pelo ex-ministro das Finanças australiano Mathias Cormann e que tem como economista-chefe o ex-ministro da Economia e do Emprego português, Álvaro Santos Pereira.

Com um ritmo destes – mesmo apoiado numa descida prevista de taxas de juro por parte do BCE – a Zona Euro continuará a ser, no próximo ano, uma das economias menos dinâmicas do grupo das maiores analisadas (um total de 21, se incluirmos as quatro grandes do euro – Alemanha, França, Itália e Espanha).

A OCDE acredita que a economia mundial está a conseguir "virar a esquina" do crescimento, melhorando ligeiramente a previsão da expansão global para 3,2% neste ano e no próximo. É um pouco melhor do que os 3,1% registados no ano passado.

Apesar das crescentes dificuldades da economia chinesa, uma das maiores do mundo juntamente com os Estados Unidos, o panorama mundial é salvo pelas grandes economias asiáticas, que continuam a crescer muito em termos comparativos.

A Índia lidera o grupo, com um avanço de 6,7% do PIB real em 2024, e no próximo ano até acelera para 6,8%. Em segundo, aparece a Indonésia, que cresce 5,1% em 2025 e 5,2% em 2025. A China, que dantes entregava crescimentos de dois dígitos, na casa dos 10%, é uma sombra desse tempo, mas ainda assim pode avançar 4,9% em termos reais (descontando a inflação doméstica).

luis.ribeiro@dinheirovivo.pt

DANIEL ROLAND/AFP

Christine Lagarde, presidente do Banco Central Europeu, que desceu as suas taxas este mês.

BREVES

DBRS sobe *rating* do Novo Banco

A agência de notação financeira DBRS subiu o *rating* do Novo Banco em dois patamares, para BBB, de BB (alto), mantendo a tendência em estável. Em comunicado à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, o banco diz que a subida, de dois níveis, coloca a instituição no patamar de investimento e reflete a "rápida melhoria do desempenho do Novo Banco em várias áreas fundamentais, incluindo a sua capacidade de gerar resultados, o seu perfil de risco e capitalização". O banco sublinha ainda que os indicadores financeiros "superaram as expectativas anteriores da Morningstar DBRS, impulsionados pelo crescimento dos resultados", graças a uma "reestruturação bem-sucedida".

Ameaça de greve na VW na Alemanha

O sindicato alemão IG Metall ameaçou ontem com a convocatória de greves na Volkswagen e com uma "reação histórica", enquanto a empresa rejeitou as suas exigências no início de negociações salariais. O grupo automóvel alemão começou ontem as conversações com os trabalhadores, depois de ter anunciado no início do mês um programa para poupar custos, sem afastar o possível encerramento de fábricas na Alemanha e despedimentos de trabalhadores. Nesta primeira reunião de três horas, o sindicato exigiu um aumento salarial de 7%, entre outras reivindicações, o que foi recusado, informou a empresa em comunicado.

“Plano da vitória”, o tudo ou nada de Zelensky para captar a ajuda dos EUA

UCRÂNIA O líder ucraniano encontra-se com Joe Biden com o objetivo de alcançar o que não foi possível em dois anos e meio: assistência militar de forma rápida e robusta. Vladimir Putin tenta influenciar Washington ao anunciar uma mudança na doutrina nuclear.

Trump viu Zelensky nas Nações Unidas: um “pobre homem” que “não sabia o que estava a dizer”.

EPA/JUSTIN LANE

TEXTO **CÉSAR AVÓ**

Dias antes de se deslocar aos Estados Unidos, onde se encontra hoje com Joe Biden e Kamala Harris, o presidente ucraniano depositava esperança no homólogo para que este, nos meses que lhe restam na Casa Branca, atue de forma decisiva para que Kiev consiga virar o jogo a seu favor antes de entrar numa fase negocial com a Rússia. “Biden pode tomar decisões importantes para que a Ucrânia se torne mais forte e proteja a sua independência enquanto for presidente dos Estados Unidos. Penso que se trata de uma missão histórica”, disse Volodymyr Zelensky. Na véspera das reuniões em que o ucraniano vai apresentar o seu “plano da vitória”, o líder russo voltou a agitar o fantasma nuclear, ao dizer que a doutrina foi atualizada e agora qualquer ataque convencional de um país apoiado por uma potência nuclear será tomado como um ataque conjunto.

O “plano da vitória” ucraniano, mantido em segredo, tem sido alvo de debate e de especulação, mas sabe-se que abarca as dimensões política, diplomática, militar e económica. Também se sabe que o objetivo passa por uma aceleração e alargamento

> Um dos pontos do plano de Zelensky é o convite para a Ucrânia aderir à NATO. Erdogan afirmou que os Estados Unidos e outros países não querem que tal aconteça.

de ajudas específicas na janela temporal de outubro a dezembro. E foi revelado, pela parte do chefe de gabinete presidencial, Andriy Yermak, que o convite oficial para que a Ucrânia se junte à NATO, também faz parte das garantias de segurança do plano. O presidente da Turquia, que bloqueou a adesão da Finlândia e da Suécia durante meses, comentou a pretensão ucraniana em entrevista à NBC News. Segundo Recep Erdogan, os EUA e outros membros “não querem a Ucrânia como estado-membro” e disse que estas questões não devem ser apressadas. No ano passado, Erdogan defendeu a adesão de Kiev à aliança militar.

Neste momento, a Ucrânia tem cerca de um quinto do seu território ocupado pela Rússia e não tem recursos humanos para suster uma guerra sem fim à vista, mas não está interessada em ir para a mesa de negociações em perda. Segundo a Associated Press, em termos militares o que a Ucrânia vai pedir é o que “pensa ser necessário a curto prazo para manter a pressão sobre a Rússia na esperança de forçá-la à mesa das negociações”. À cabeça estará a autorização para usar mísseis de longo alcance de fabri-

E ainda

15 MILHÕES Este ano 6,2 milhões de ucranianos receberam assistência humanitária da ONU, mas é necessário ajudar 15 milhões, disse o secretário-geral António Guterres.

MODI MEDIADOR O MNE indiano confirmou que o primeiro-ministro Narendra Modi tem mantido conversas com os governos da Rússia e da Ucrânia, numa tentativa de abrir caminho para uma resolução do conflito, mas esclareceu que Nova Deli não tem um plano de paz.

ATAQUE EM KHARKIV O bloco de apartamentos de nove andares mais danificado pelo bombardeamento russo na cidade de Kharkiv, na terça-feira, já tinha sido atingido em 2022 e encontrava-se renovado. Morreram quatro pessoas e outras 35 ficaram feridas. Na região de Kharkiv, forças especiais ucranianas desalojaram militares russos da cimenteira de Vovchansk, que tinha sido tomada há quatro meses e funcionava como fortaleza. Segundo os serviços de informações da Defesa ucraniana, chegaram a registar-se combates corpo a corpo com os russos, que haviam recebido o reforço de uma brigada de paraquedistas.

RÚSSIA COM HOUTHIS A Rússia estará a negociar com os rebeldes iemenitas a venda de mísseis antinavio supersónicos Yakhont, tendo os iranianos como mediadores, disseram fontes à agência Reuters. Moscovo ainda não terá tomado a decisão sobre os Yakhont, também conhecidos como P-800 Oniks, um míssil que já terá sido vendido para o Hezbollah. Os houthis, que afundaram dois navios e apresaram outro, ficariam com maior capacidade para atingir navios comerciais no Mar Vermelho.

"Talvez alguém queira um Prémio Nobel para a sua biografia política por um conflito congelado em vez de uma verdadeira paz, mas os únicos prémios que Putin lhe dará em troca são mais sofrimento e catástrofes."

"Com a ajuda de satélites de outros países, a Rússia está a obter imagens e informações pormenorizadas sobre as infraestruturas das nossas centrais nucleares."

Volodymyr Zelensky
Presidente da Ucrânia

"A sua invasão [Putin] é do seu próprio interesse. Para expandir o seu Estado mafioso para um império mafioso. Um império construído através da corrupção, do roubo da sua própria população como da Ucrânia."

David Lammy
Ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido

co ocidental em território russo. Kiev alega que se puder destruir bases aéreas, paióis e outros alvos militares num raio de 300 quilómetros, irá diminuir de forma significativa a capacidade russa. O tema continua a dividir a administração Biden, em especial entre o Pentágono e o Departamento de Estado. Mais dividida ficará depois de Vladimir Putin ter baixado a fasquia da ameaça. Agora, diz o líder russo, a doutrina atualizada estipula que um país sem armas nucleares que ataque o seu país com o apoio ou participação de um país dotado de armas nucleares é passível de receber uma retaliação atómica.

Há quem creia que um dos objetivos da incursão ucraniana na região russa de Kursk – onde foi usado equipamento militar ocidental – passa por demonstrar que as chamadas linhas vermelhas podem ser cruzadas sem que daí advenha uma catástrofe nuclear.

Zelensky, que sobre o plano da vitória disse ser uma série de "passos rápidos e concretos" a dar pelos parceiros da Ucrânia, destacou a importância do momento. "Vamos fazer tudo isto agora, enquanto todos os funcionários [norte-americanos] que querem que a Ucrânia ganhe estão em funções." Questionado pela *The New Yorker* sobre uma eventual rejeição de Joe Biden ao "plano da vitória", Zelensky disse ser "um pensamento horrível" porque "significaria que Biden não quer acabar com a guerra de uma forma que negue a vitória à Rússia". Alguns analistas apontam que a linguagem da administração Biden tem evitado usar a palavra "vitória".

O presidente ucraniano também previa reunir-se com o candidato Donald Trump, mas tal não parece vir a acontecer. Na segunda-feira, o republicano disse que Zelensky deseja a vitória dos democratas nas eleições de novembro e alegou que "cada vez que entra no país sai com 60 mil milhões de dólares", e que já recebeu "quase 300 mil milhões de dólares". A ajuda do Congresso dos EUA à Ucrânia, desde fevereiro de 2022, totaliza 175 mil milhões de euros. "Continuamos a dar milhares de milhões a um homem que recusa fazer um acordo", disse Trump na quarta-feira, sobre Zelensky, "este pobre homem" que "não sabia o que estava a dizer" no discurso das nações Unidas.

Na Assembleia Geral da ONU, o presidente ucraniano alertou para um alegado plano russo de ataque às centrais nucleares ucranianas, com base em imagens de satélite de outros países – uma indireta à China. "Putin parece estar a planear ataques às nossas centrais nucleares de energia e às suas infraestruturas, procurando desligá-las da rede elétrica", afirmou. Zelensky disse ainda ambicionar "uma paz real e uma paz justa", tendo descartado a iniciativa de Pequim e de Brasília, que apresentaram um plano de paz que não prevê a desocupação dos territórios invadidos.

cesar.avo@dn.pt

Israel está a preparar-se para uma ofensiva terrestre no Líbano

CONFLITO Joe Biden admitiu ser possível "uma guerra total", mas disse esperar que se consiga uma saída para evitar mais derramamento de sangue. Usando a mesma expressão, Josep Borrell pediu ao Irão para usar a sua influência para evitar que tal cenário aconteça no Médio Oriente.

TEXTO **ANA MEIRELES**

O chefe do Estado-Maior do Exército israelita anunciou ontem que Telavive está a preparar-se para uma possível operação terrestre no Líbano, onde Israel tem intensificado ataques após o disparo de *rockets* pelo Hezbollah e numa altura em que foram chamadas duas brigadas de reservistas.

"Podem ouvir os aviões aqui. Estamos a atacar o dia todo, tanto para preparar a área para a possibilidade da vossa entrada, mas também para continuar a atacar o Hezbollah", afirmou o general Herzi Halevi, dirigindo-se aos soldados de uma unidade blindada envolvida num exercício na fronteira com o Líbano, de acordo com um comunicado militar. "O objetivo é muito claro: trazer de volta os habitantes do Norte com total segurança. Para isso, estamos a preparar o rumo da manobra (...), a vossa entrada em força, o confronto com os homens do Hezbollah que verão o que são combatentes profissionais, muito competentes e experientes", declarou ainda Halevi.

FORÇAS DE DEFESA DE ISRAEL

O general Herzi Halevi (esq.) explica aos soldados que está a ser preparada a entrada do Exército no Líbano.

Também o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu disse ontem, através de uma publicação na rede social X, que Israel está a desferir golpes no Hezbollah que o movimento nunca poderia imaginar, prometendo ainda não descansar até que os residentes do norte do país regressem a casa.

O Exército israelita informou ontem estar a realizar ataques de "grande escala" no sul do Líbano e no Vale do Bekaa, no leste, bastiões do Hezbollah, ofensivas que ocorreram algumas horas depois de ter anunciado a interceção de um míssil disparado contra Telavive pelo movimento islamista libanês. Os militares adiantaram ainda ter atingido mais de 280 alvos do Hezbollah, incluindo 60 alvos dos serviços de informação do grupo, bem como vários lançadores de *rockets*. Paralelamente, o Exército israelita divulgou que, diante da avaliação da situação no terreno, decidiu convocar "duas brigadas de reserva para missões operacionais na região norte" do país.

O ministro da Saúde libanês, Firass Abiad, avançou que pelo menos 51 pessoas morreram e mais de 220 ficaram feridas na sequência dos intensos ataques israelitas desta quarta-feira que visaram várias localidades do país e que o Governo está avançar com "planos de emergência" para fazer face ao elevado número de vítimas.

Ontem também, a Organização Internacional para as Migrações, que integra o sistema da ONU, avançou que os ataques israelitas no Líbano provocaram mais de 90 mil deslocados desde o início da semana. Segundo Firass Abiad, cerca de 310 centros médicos e clínicas móveis já estão disponíveis para apoiar os deslocados, mais de 20 localizados no sul do país, e nos próximos dias espera-se aumentar este número.

O presidente dos Estados Unidos admitiu ser possível "uma guerra total", à medida que os combates entre Israel e o Hezbollah se intensificam, mas esperando ser ainda possível encontrar uma saída para evitar mais derramamento de sangue.

> O ministro da Saúde libanês, Firass Abiad, avançou que pelo menos 51 pessoas morreram e mais de 220 ficaram feridas na sequência dos intensos ataques israelitas contra várias localidades no Líbano.

"Há uma possibilidade, não quero exagerar, mas há uma possibilidade de que, se conseguirmos um cessar-fogo no Líbano, isso nos permita abordar a Cisjordânia", referiu Joe Biden, dizendo que "também temos de lidar com Gaza, mas tudo isto é possível e estou a dedicar toda a minha energia com a minha equipa (...) para alcançar este objetivo".

Durante uma reunião bilateral com o ministro dos Negócios Estrangeiros iraniano, Abbas Araghchi, que decorreu à margem da Assembleia-Geral da ONU, em Nova Iorque, o alto representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros, Josep Borrell, instou Teerão a usar a sua influência para evitar uma "guerra total" no Médio Oriente, enquanto o seu homólogo iraniano pediu uma "posição europeia unificada" para travar a "escalada israelita na região".

ana.meireles@dn.pt

BREVES

Verdes na Alemanha sem liderança

Os líderes dos Verdes da Alemanha, um dos três partidos do Governo de coligação do chanceler Olaf Scholz, anunciaram ontem que vão apresentar a demissão após uma série de resultados eleitorais dececionantes. O apoio do partido ambientalista diminuiu drasticamente nas Europeias e, já este mês, obteve um mau desempenho nas três Eleições Estaduais no Leste da Alemanha, nas quais perderam a sua representação parlamentar. Omid Nouripour e Ricarda Lang assumiram o comando do partido em 2022, depois de os antecessores Robert Habeck e Annalena Baerbock se terem juntado ao Governo de Scholz como vice-chanceler e ministra dos Negócios Estrangeiros.

Falhas no atentado a Trump eram evitáveis

Uma comissão do Senado dos EUA que investiga a tentativa de assassinato de Donald Trump em julho concluiu que os serviços secretos cometeram múltiplas falhas previsíveis e evitáveis, segundo um relatório intercalar divulgado ontem. As conclusões da Comissão de Segurança Interna e Assuntos Governamentais do Senado são semelhantes às da investigação interna da agência de segurança e de uma investigação bipartidária em curso na Câmara dos Representantes. O Senado encontrou várias falhas em quase todos os níveis antes do tiroteio em Butler, Pensilvânia, incluindo no planeamento, comunicações, segurança e atribuição de recursos.

Um largo número de cidadãos continua a confiar na UE.

FRED MARVAUX / EUROPEAN UNION 2024 / EP

Barbielândia: UE já não vive numa utopia e a xenofobia é uma ameaça

ESTUDO A participação limitada dos mais jovens, o pró-europeísmo cada vez mais morno na Europa Central e de Leste e a falta de voz dos habitantes não-brancos e muçulmanos são um perigo para o projeto europeu.

TEXTO **ANA MEIRELES**

No filme *Barbie*, a personagem principal começa a aperceber-se de que a *Barbielândia* não é a utopia que ela pensava ser e o mesmo está a acontecer com os líderes políticos europeus que, segundo um relatório divulgado ontem, "têm pontos cegos que ilustram a diferença entre o princípio e a realidade dos ideais iluministas da UE", alertando que, "com o tempo, estes poderão minar a saúde da democracia dentro do bloco".

Intitulado precisamente *Bem-vindos à Barbielândia: o sentimento europeu no ano de guerras e eleições*, o relatório do Conselho Europeu de Relações Exteriores e da Fundação Cultural Europeia identifica três pontos cegos críticos na União Europeia, apesar de os inquéritos feitos nos 27 países do bloco mostrarem que um largo número de cidadãos em quase todos os Estados-membros continua a confiar na UE e está otimista quanto ao seu futuro.

"No entanto, abaixo da superfície, surge um grande perigo para o sentimento europeu, uma tendência para algo mais xenófobo, étnico e de mente fechada" e que tem por base esses três pontos cegos – "os europeus não-brancos e muçulmanos" terem experimentado no último ano "um sentimento de alienação devido à sua etnia ou religião", causado pela guerra entre Israel e o Hamas e o aumento do ódio antimuçulmano e antissemita e pela vitória da extrema-direita nas Europeias em países como França ou Itália; um sentimento pró-europeu "morno" verificado na Europa Central e de Leste, como se comprovou pela fraca participação nas Europeias e pelas tímidas celebrações do 20.º aniversário de adesão à UE de oito países da região; e o "interesse limitado" pelas Eleições Europeias demonstrado pelos jovens, embora estes sejam "geralmente mais pró-europeus e tolerantes do que as gerações mais velhas".

De acordo com o relatório, "a falta de voz dos habitantes não-brancos e muçulmanos corre o risco de marginalizar ainda mais estes grupos, permitindo que a xenofobia floresça na política e no discurso da UE", enquanto que "o etnocentrismo incontestado dos políticos da Europa Central e Oriental corre o risco de normalizar essas atitudes em toda a região e no resto da UE. E, se os jovens europeus crescerem neste ambiente, alguns poderão adotar opiniões xenófobas, enquanto outros, se tiverem mais princípios, poderão rejeitar a UE, considerando-a como defensora de valores que não são os seus".

Para enfrentar estes desafios é recomendado que os partidos diversifiquem os seus membros e a sua base de voto, mas também que os políticos pró-europeus deixem de estar em silêncio sobre as questões da imigração e diversidade e que, "para reforçar a identidade cívica da UE, o bloco precisa de ser reconhecido como uma força para uma mudança positiva".

Quanto a Portugal, o relatório aponta que "o sentimento europeu é geralmente forte, mas estão a surgir alguns desafios que poderão prejudicá-lo". Um dos desafios é o crescimento do Chega, outro é o facto de a sociedade estar mais multicultural, algo que os nossos partidos não refletem, "a julgar pela eleição dos 21 eurodeputados exclusivamente brancos nas eleições para o Parlamento Europeu de 2024. A maioria dos portugueses (61%) acredita que a discriminação com base na cor da pele é generalizada no seu país".

ana.meireles@dn.pt

Nova tensão entre Espanha e México

A decisão do México de não convidar o rei Felipe VI para a tomada de posse da presidente eleita Claudia Sheinbaum, no dia 1 de outubro, levou a diplomacia de Espanha a anunciar ontem que Madrid não se fará representar na cerimónia, justificando que a ausência de convite é "inaceitável".

As relações diplomáticas entre os dois países foram postas "em pausa" há dois anos pelo ainda presidente mexicano Andrés Manuel López Obrador, após este ter enviado uma missiva ao rei a pedir que o "Estado espanhol admita a sua responsabilidade histórica" pelas ofensas cometidas na conquista e peça desculpa pelas mesmas, um pedido que nunca obteve resposta.

Face ao anúncio da diplomacia espanhola, Sheinbaum referiu que o primeiro-ministro espanhol Pedro Sánchez foi convidado para a sua tomada de posse e que o mesmo não aconteceu com Felipe VI porque este nunca respondeu à carta de AMLO. Mas disse esperar que "esta circunstância, que hoje mostra a nossa diversidade de opiniões, seja também ponto de partida para que o México e a Espanha encontrem em breve novas vias de entendimento". **A.M.**

Felipe VI
Rei de Espanha

Opinião
João Almeida Moreira

Mais um dia na vida do Brasil

O documentarista americano Brett Morgen, autor de *June 17th, 1994*, filme produzido pelo canal ESPN, disse que o dia mencionado no título ofereceu "um olhar único sobre a alma americana".

A 17 de junho de 1994, de facto, ocorreram eventos paralelos no país de elevado interesse, sobretudo, desportivo: no *US Open*, de golfe, a lenda Arnold Palmer despedia-se; o primeiro Mundial de futebol no país começava, com o então presidente Bill Clinton nas bancadas; a equipa do New York Rangers, vencedora da Stanley Cup, celebrava de autocarro aberto na Broadway; na NBA, disputava-se o quinto de sete jogos da final; e OJ Simpson fugia, ao vivo e a cores, da polícia por uma autoestrada californiana, após o duplo assassinato da mulher e de um amigo.

Neste mesmo espaço, algures no ano passado, foi citado um dia intenso no Brasil em que decorria a Cimeira da Amazónia com um punhado de líderes internacionais, em que um helicóptero caia no Estado de São Paulo, em que, no Senado, o ex-ministro bolsonarista Anderson Torres, envolvido nos ataques de 8 de janeiro em Brasília, era ouvido em CPI, em que, logo ali ao lado, na Câmara dos Deputados, os parlamentares aprovavam a transferência de cinco mil milhões de reais para um fundo partidário que eles próprios administrariam, em que uma funcionária de um tribunal de São Paulo era detida por desviar 2,5 milhões da corte, em que, no Rio de Janeiro, o popular ex-vereador Zico Bacana era morto numa emboscada por encapuzados num carro, em que Milton Nascimento e Djavan anunciavam dueto e em que Jair Bolsonaro, em entrevista a um *podcast*, mentia, de acordo com ferramentas de *fact check*, sete vezes numa hora – *OK*, este último evento não é propriamente incomum.

Este último 23 de setembro, entretanto, não fica atrás: uma juíza mandou prender o multimilionário cantor brega Gusttavo Lima por suposto envolvimento num escândalo de apostas; chegados ao último dia do prazo legal para detenções, a polícia só conseguiu encontrar 19 de 61 candidatos às Eleições Municipais com mandatos de prisão em aberto deixando, portanto, 42, incluindo três supostos homicidas, aptos a serem eleitos; os treinadores do Cruzeiro e do Athletico Paranaense foram despedidos; um temporal no Rio Grande do Sul deixou a cidade literalmente às escuras a meio da tarde; no Rock in Rio, a lenda Cindy Lauper deu lugar à lenda Mariah Carey no mesmo palco; no coração do Leblon, o mais nobre dos bairros cariocas, um prédio ardeu; o filme *Ainda Estou Aqui*, de Walter Salles, foi escolhido para a corrida ao *Oscar*; e, à noite, o debate eleitoral em São Paulo acabou em pancadaria num hospital e numa delegacia de polícia.

No Brasil, o caudal noticioso é incomparável ao de qualquer país europeu avulso – e talvez até ao da Europa no seu todo – pela dimensão continental do território, pelo gigantismo da população e, entrando em áreas menos mensuráveis, pela própria juventude da sua história e pelo *ethos* de um povo etnicamente muito diverso e com o sangue de emigrantes aventureiros, que deixaram tudo para trás em busca de uma vida nova, a correr-lhe nas veias.

No Brasil, mais ainda do que na potência primeiro-mundista EUA, quase todos os dias proporcionam um olhar único sobre a alma brasileira.

Jornalista, correspondente em São Paulo

avisos, tribunais e conservatórias

AUTOESTRADA DO ALGARVE – VIA DO INFANTE – Sociedade Concessionária – AAVI, S.A.

COMUNICADO

Trabalhos de Manutenção do Pavimento no sublanço Faro/Aeroporto – Tavira da A22 – Via Infante de Sagres.

A AUTOESTRADA DO ALGARVE – VIA DO INFANTE – Sociedade Concessionária – AAVI, S.A., informa que irá proceder à execução dos trabalhos de manutenção do pavimento no sublanço Faro/Aeroporto – Tavira da A22.

Os trabalhos terão início no dia 30 de setembro de 2024 e com duração prevista de 120 (cento e vinte) dias. Durante este período, a circulação de tráfego encontra-se condicionada entre as 21 e as 7 horas, com supressão da via direita ou esquerda.

A AUTOESTRADA DO ALGARVE – VIA DO INFANTE – Sociedade Concessionária – AAVI., solicita aos senhores automobilistas a máxima atenção e respeito pela sinalização provisória colocada na A22, e agradece antecipadamente a sua compreensão e colaboração.

O número de assistência e informação da Via do Infante (289 401 300) está à disposição dos automobilistas, para quaisquer informações e esclarecimentos que considerem necessários.

Loulé, 26 de setembro de 2024

MUNICÍPIO DO FUNCHAL

DEPARTAMENTO JURÍDICO

EDITAL N.º 708/2024

EXPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA DAS PARCELAS DE TERRENO, SUAS BENFEITORIAS E TODOS OS DIREITOS E ÓNUS A ELAS INERENTES E/OU RELATIVOS, NECESSÁRIAS À OBRA PÚBLICA DENOMINADA "EXECUÇÃO DO CAMINHO AGRÍCOLA DO GRANEL" NA FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO, CONCELHO DO FUNCHAL

Ana Fernanda Osío Bracamonte, Vereadora da Câmara Municipal do Funchal, no uso da competência que lhe advém do Despacho de Delegação e Subdelegação de Competências, exarado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal do Funchal, em 1 de fevereiro de 2024, publicitado pelo Edital n.º 91/2024, da mesma data, em cumprimento do estatuído no n.º 4, do art. 11º e nº 2, do art. 17º, da Lei n.º 168/99, de 18 de setembro (Código das Expropriações, na sua atual redação), torna público, que, por Resolução nº 680/2024, tomada na reunião do Conselho do Governo do dia 5 de setembro de 2024, publicada no 2º Suplemento do Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira - JORAM - I Série, nº 142 de 11 de setembro de 2024, foi declarada de utilidade pública, com carácter de urgência, a expropriação e autorizou esta Câmara Municipal a tomar posse administrativa das parcelas de terreno e suas benfeitorias, abaixo identificadas, necessárias à execução da obra pública referida em título.

Parcela de terreno, e suas benfeitorias, com a área de 84,00 m2, assinalada na planta parcelar/cadastral do projeto da obra, que confronta a Norte e Sul com o proprietário, Leste e Oeste com o Caminho, a destacar do prédio rústico localizado na Barreira, freguesia de Santo António, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 3/1 da secção R, a favor do Estado Português, ao abrigo do Despacho 343/2019 – XXI SEAF;

Parcela de terreno, e suas benfeitorias, com a área de 69 m2, assinalada na planta parcelar/cadastral do projeto da obra, que confronta a Norte com o proprietário e com José Cândido Gomes Garanito, Sul com o proprietário e João Rodrigues Cafofo, Leste e Oeste com o proprietário, a destacar do prédio rústico localizado na Barreira, freguesia de Santo António, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 18, da Secção R, a favor de José Fernandes Carreira, Cabeça de Casal da Herança de;

Parcela de terreno, e suas benfeitorias, com a área de 31 m2, assinalada na planta parcelar/cadastral do projeto da obra, que confronta a Norte com o proprietário e Maria Vera Caires de Sá, Sul e Leste com João Rodrigues Cafofo, e Oeste com João Rodrigues Cafofo e Maria Vera Caires de Sá, a destacar do prédio rústico localizado na Barreira, freguesia de Santo António, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 18, da Secção R, a favor de José Fernandes Carreira, Cabeça de Casal da Herança de, e

Parcela de terreno, e suas benfeitorias, com a área de 207,00 m2, assinalada na planta parcelar/cadastral do projeto da obra, que confronta a Norte com o proprietário, Sul com Manuel Fernandes Manica, Leste com o Caminho e Oeste com a Vereda, a destacar do prédio rústico localizado no Trapiche, freguesia de Santo António, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 68/1, da Secção R, a favor de José Fernandes do Carmo, Cabeça de Casal da Herança de.

A Vereadora por delegação da Presidente da Câmara
Ana Fernanda Osío Bracamonte

ANÚNCIO

Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

Juízo Central Cível de Lisboa – Juiz 13

Processo: 22006/23.1T8LSB
Ação Popular N/Referência: 430427590
Data: 17-11-2023
Autor: Associação Ius Omnibus
Réu: Pubmatic, Inc.

Faz-se saber que nos autos de **Ação Popular com o n.º 22006/23.1T8LSB**, acima identificados, em que é **Autora Associação Ius Omnibus**, NIF 515807753, domicilio: Second Home Lisboa, Mercado da Ribeira, Av.ª 24 de Julho, 1200-479 Lisboa, e **Ré Pubmatic, INC**, constituída no Estado Delaware sob o número 4249897, domicílio: 601 Marshall Street, Redwood City, CA 94063, Estados Unidos da América, **são citados os titulares dos interesses**, como "os consumidores, com idade superior a 13 anos de idade, com residência habitual em Portugal, que tenham acedido a *websites*, aplicações e outras plataformas através dos quais tenham sido colocados *cookies* e outras tecnologias de rastreamento da PubMatic nos dispositivos utilizados desde 30 de agosto de 2012.

Deste âmbito excluem-se:

(i) *os administradores e empregados da Ré e suas subsidiárias ou empresas-mãe;*
(ii) *o(s) juiz(es) que decidam o presente processo ou questões no presente processo, em qualquer instância e potencial incidente;*
(iii) *o(s) magistrado(s) do Ministério Público com intervenção no presente processo ou questões no presente processo, em qualquer instância e potencial incidente;*
(iv) *os mandatários judiciais e consultores económicos e técnicos da Autora e da Ré no âmbito do presente processo;*
(v) *os menores sujeitos às responsabilidades parentais, tutela, curadoria ou qualquer forma de administração de direitos de fonte legal ou judicial de qualquer uma das pessoas que antecedem."* **para no prazo de 30 dias após a publicação do anúncio passarem a intervir no processo a título principal, querendo, aceitando-o na fase em que se encontrar, e ainda para dentro do mesmo prazo declararem nos autos se aceitam ou não ser representados pela Autora ou se, pelo contrário, se excluem dessa representação, nomeadamente para o efeito de não lhe serem aplicáveis as decisões proferidas, sob pena de a sua passividade valer como aceitação, sem prejuízo de recusa pelo representado até ao termo da produção de prova ou fase equivalente, por declaração expressa nos autos, tudo nos termos do n.º 1 do art.º 15.º da Lei n.º 83/95.**

Consigna-se que o pedido consiste em:

a) - Ser declarado que, desde 30 de agosto de 2012, a Ré violou e ainda viola o artigo 5.º (1) da LDPCE ao armazenar cookies e tecnologias de rastreamento nos dispositivos dos consumidores representados sem obter o consentimento livre, informado, específico e inequívoco destes, manifestado através de ato positivo e claro, na prossecução do seu objetivo de gerar lucros;
b) - Ser declarado que, desde 30 de agosto de 2012, a Ré violou e ainda viola os artigos 26.º(1), 35.º(1) e (4) e 60.º(1) da CRP, os artigos 70.º(1) e 80.º(1) do CC e desde a entrada em vigor do RGPD, isto é, 25 de maio de 2018, os artigos 5.º(1)(a), (b), (c), (e) e (f) 6.º(1)(a), 7.º(1) e (2)(a), 9.º(1), (2) (a), 12.º(1), 13.º(1) (a), (c), (d), (e) e (f), (2), (a) e (f), 22.º(1), (2) (c), 24.º, 25.º(1), (2), 44.º e 49.º(1)(a) do RGPD, ao adotar práticas violadoras da privacidade, ao tratar dados pessoais sem obter o consentimento livre, informado, específico e inequívoco dos consumidores representados, manifestado através de ato positivo e claro ao adotar condições pouco percetíveis, não esclarecendo devidamente o modo como recolhe, trata e partilha dados e envia indevidamente esses dados para fora da União Europeia, e claro na prossecução do seu objetivo de gerar lucros;
c) - Ser declarado que, desde 16 de julho de 2021, a Ré violou e ainda viola os artigos 8.º(2), 9.º(1), 12.º(1), 14.º(1)(a),(b) e (c), 17.º(2), 20.º(1) e (2) da CPDH;
d) - Ser a Ré condenada a apagar os dados pessoais recolhidos e tratados dos consumidores representados, fixando-se um montante *per diem* a ser pago pela Ré se esta obrigação não for cumprida dentro do prazo definido pelo Tribunal;
e) - Ser a Ré condenada a pôr termo às práticas ilícitas em causa, implementando mecanismos que garantam efetivamente a prestação do consentimento livre, informado, específico e inequívoco dos consumidores representados, manifestado através de ato positivo e claro, por parte dos consumidores representados, fixando-se um montante *per diem* a ser pago pela Ré se esta obrigação não for cumprida dentro do prazo definido pelo Tribunal;
f) - Ser declarado que estas práticas da Ré causaram danos aos interesses difusos e/ou de interesses coletivos da proteção de dados pessoais e da proteção da privacidade;
g) - Ser declarado que estas práticas da Ré causaram danos aos interesses individuais homogéneos dos consumidores representados;
h) - Subsidiariamente às alíneas f) e g), ser declarado que as práticas da Ré levaram ao seu enriquecimento sem causa;
i) - Ser a Ré condenada a pagar um montante global para indemnização (ou restituição) integral de todos os consumidores representados pelos danos que lhes foram causados pelas práticas ilícitas em causa;
j) - Ser pago a cada consumidor já identificado durante a ação o montante da indemnização individual respetiva e ser pago a uma entidade designada pelo tribunal o restante montante global da indemnização, para distribuição aos restantes consumidores representados nos termos a serem definidos pelo Tribunal;
k) - Ser declarado que a Autora tem legitimidade para proceder à cobrança das quantias a que a Ré for condenada, em representação dos consumidores representados;
l) - Ser declarado que a entidade designada pelo Tribunal para distribuir a indemnização global seja remunerada nos termos determinados pelo Tribunal;
m) - Serem declaradas as obrigações da entidade designada pelo Tribunal para distribuir a indemnização global, nos termos determinados por este;
o) - Ser a Ré condenada em custas;
p) - Ser a Autora ressarcida das despesas que incorreu por força da presente ação, a partir do montante da indemnização global remanescente após o termo do prazo para os consumidores representados requererem a sua indemnização;
q) - Ser a Ré condenada a publicar em 2 jornais generalistas de âmbito nacional um sumário da decisão judicial.

Tudo como melhor consta do duplicado da petição inicial .

Ficam advertidos de que é obrigatória a constituição de mandatário judicial.

A Juíza de Direito
Dr.ª Cláudia Barata
A Oficial de Justiça
Aida Maria Gomes

Notas:
Solicita-se que na resposta seja indicada a referência deste documento
- As férias judiciais decorrem de 22 de dezembro a 3 de janeiro; do Domingo de Ramos à Segunda-Feira de Páscoa e de 16 de julho a 31 de agosto.
- Nos termos do art.º 40.º do CPC, é obrigatória a constituição de advogado nas causas da competência de tribunais com alçada em que seja admissível recurso ordinário; nas causas em que seja admissível recurso, independentemente do valor; nos recursos e nas causas propostos nos tribunais superiores.

ANÚNCIO

Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

Juízo Central Cível de Lisboa – Juiz 15

Processo: 5555/22.6T8VNG
Ação Popular N/Referência: 432932842
Data: 15-02-2024
Autor: Citizens' Voice Consumer Advocacy Association e outro(s)...
Réu: Fnac Portugal - Act. Cult e Dist. de Livros, Discos Multiméd. e Prod. Técnico, Lda.

Faz-se saber que nos autos de **Ação Popular com o n.º 5555/22.6T8VNG**, acima identificados, em que são Autores **Citizens' Voice – Consumer Advocacy Association**, NIF 516715194, domicílio: Praceta Entre Muros, 42, r/c, dt.º, Canidelo, 4400-135 Vila Nova de Gaia, e **Octávio Adolfo Romão Viana**, NIF 220043671, domicílio: Praceta Entre Muros, 42, r/c, dt.º, Canidelo, 4400-135 Vila Nova de Gaia, e Ré **FNAC Portugal – Actividades Culturais e Distribuição de Livros, Discos Multimédia e Produtos Técnicos, Lda.**, NIF 503952230, domicílio: Edifício Amoreiras Plaza, Rua Prof. Carlos Alberto da Mota Pinto, 9, 6.º B, 1070-374 Lisboa, **são citados os titulares dos interesses, referenciado-se os titulares dos interesses** como "*CLIENTES DA FNAC (consumidores de discos rígidos)*", **para no prazo de 30 dias**, *após a publicação do anúncio*, **passarem a intervir no processo a título principal, querendo, aceitando-o na fase em que se encontrar e ainda para dentro do mesmo prazo declararem nos autos se aceitam ou não ser representados pelos Autores ou se, pelo contrário, se excluem dessa representação, nomeadamente para o efeito de não lhe serem aplicáveis as decisões proferidas, sob pena de a sua passividade valer como aceitação, sem prejuízo de recusa pelo representado até ao termo da produção de prova ou fase equivalente, por declaração expressa nos autos, tudo nos termos do n.º 1 do art.º 15.º da Lei n.º 83/95**.

Consigna-se que o pedido consiste em ser condenada a Ré:

a) - a reconhecer que os consumidores, autores populares, incluindo o autor 2, têm direito a que lhe seja entregue o bem e serviço conforme o contrato de compra e venda;
b) - a reconhecer que em caso de falta de conformidade do bem com o contrato os consumidores, autores populares, incluindo o autor 2, têm direito a que esta seja reposta sem encargos, por meio de reparação ou substituição;
c) - a reconhecer que não pode recusar-se a reparar e/ou indemnizar os consumidores, autores populares, incluindo o autor 2, por todos os danos manifesta e comprovadamente provocados pela falta de conformidade de um produto que lhe foi vendido e que existia no momento em que os bens lhe foram entregues, manifestada num prazo de dois anos a contar desse momento por intermédio da responsabilidade civil;
d) - a reconhecer que o comportamento supradescrito nos pontos anteriores, ao não ter reconhecido os mesmos perante o autor 2 e demais autores populares, é ilícito;
e) - a reconhecer que agiu com culpa e consciência da ilicitude no que respeita aos factos suprarreferidos, seja quanto ao autor 2, como quanto aos autores populares;
f) - a reconhecer que em resultado do comportamento supradescrito no §3, nomeadamente, mas não exclusivamente, ao recusar-se reparar os consumidores, autores populares, incluindo o autor 2, pelos danos provocados pela falta de conformidade dos discos rígidos e que resultou na inacessibilidade aos dados digitais nos mesmos armazenados, provocou os danos patrimoniais e não patrimoniais referidos no §3;
g) - a reconhecer que com esse comportamento lesou gravemente os interesses do autor 2 e dos demais autores populares, nomeadamente sonegando-lhes o direito à garantia e reparação dos danos nos termos gerais do direito;
h) - a repor a falta de conformidade supra-aludida no §3 dos discos rígidos a todos os autores populares e ao autor 2, sem qualquer encargo ou ónus por meio da reparação;
i) - no caso de não ser possível à ré repor a falta de conformidade dos discos rígidos conforme pedido anteriormente, deve esta ser condenada a substituir os mesmos por outros iguais ou com as mesmas caraterísticas a todos os autores populares e ao autor 2;
j) - a recuperar os dados armazenados nos discos rígidos e inacessíveis por causa da falta de conformidade aludida no supra §3 dos discos rígidos a todos os autores populares e ao autor 2, sem qualquer encargo ou ónus por meio da reparação;
k) - no caso de não ser possível à ré repor a falta de conformidade dos discos rígidos conforme pedido anteriormente, deve a mesma ser condenada a pagar uma indeminização numa inferior a €8.000 (oito mil euros) a cada um dos autores populares, incluindo o autor 2, sem prejuízo de se apurar prejuízos mais elevados em execução de sentença;
l) - a pagar uma indeminização por todos os restantes danos causados na esfera jurídica dos autores populares e autor 2 devido ao comportamento supradescrito no §3, nomeadamente, mas não exclusivamente, da privação de uso e dos danos não patrimoniais supradescritos, a serem fixados pelo tribunal mediante indagação oficiosa, ordenando, designadamente, a produção de prova pericial, o que pode ser feito em sede de liquidação de sentença , mas nunca infeirores no cômputo a €100 (cem euros) por consumidor, acrescido de €5 (cinco euros) por dia, desde a apresentação dos discos rígidos para reparação e recuperação dos dados digitais, ou pagamento de indeminização dos danos causados por essa falta de reparação e recuperação;
m) - no caso de algum ou todos os pedidos supra não procederem total ou parcialmente, deve ser aplicado, a título subsidiário, o instituto de enriquecimento sem causa, como peticionado §4 (l);
n) - em qualquer caso, as indemnizações devem ser acrescidas de juros vencidos e que se vencerem, à taxa legal em vigor a cada momento, contados desde a data em que as práticas consideradas ilícitas foram praticadas até ao seu integral pagamento ou, caso assim não se entenda, desde a citação da presente ação até ao seu integral pagamento;
o) - a pagar todos os encargos que a autora interveniente teve ou venha ainda a ter com o processo, nomeadamente, mas não exclusivamente, com os honorários advocatícios, pareceres jurídicos de professores universitários, pareceres e assessoria necessária à interpretação da vária matéria técnica [tanto ao abrigo do artigo 480 (3) do CPC como fora do mesmo preceito], que compreende uma área de conhecimento jurídico-económico complexo e que importa traduzir e transmitir com a precisão de quem domina a especialidade em causa e em termos que sejam acessíveis para os autores e seu mandatário, de modo a que possam assim (e só assim) exercer eficazmente os seus direitos, nomeadamente de contraditório, e assim como os custos com o financiamento do litígio (*litigation funding*) que entretanto venha obter por via de celebração de um contrato;
p) - porque o artigo 22 (2) da Lei 83/95 estatui, de forma inequívoca e taxativa, que deve ser fixada uma indemnização global pela violação de interesses dos titulares ao individualmente identificados, mas por outro lado é omissa sobre quem deve administrar a quantia a ser paga, nomeadamente quem deve proceder à sua distribuição pelos autores representados na ação popular, vêm os autores interveniente requerer que declare que Citizen´s Voice – Consumer Advocacy Association, agindo como autora interveniente neste processo e em representação dos restantes autores populares, tem legitimidade para exigir o pagamento das supras-aludidas indemnizações, incluindo requerer a liquidação judicial, nos termos do artigo 609 (2) do CPC e, caso a sentença não seja voluntariamente cumprida, executar a mesma, sem prejuízo do requerido nos pontos seguintes;
q) - relativamente à responsabilidade civil subjetiva conforme § 14 infra, apesar de tal decorrer expressamente da Lei 83/95, sem necessidade de entrar no pedido;
r) - relativamente ao recebimento e distribuição da indemnização global nos termos do §15, apesar de tal decorrer expressamente da Lei 83/95, sem necessidade de entrar no pedido.

Tudo como melhor consta do duplicado da petição inicial .

Ficam advertidos de que é obrigatória a constituição de mandatário judicial.

A Juíza de Direito
Dr.ª Margarida Gaspar
A Oficial de Justiça
Aida Maria Gomes

Notas:
Solicita-se que na resposta seja indicada a referência deste documento
- As férias judiciais decorrem de 22 de dezembro a 3 de janeiro; do Domingo de Ramos à Segunda-Feira de Páscoa e de 16 de julho a 31 de agosto.
- Nos termos do art.º 40.º do CPC, é obrigatória a constituição de advogado nas causas da competência de tribunais com alçada em que seja admissível recurso ordinário; nas causas em que seja admissível recurso, independentemente do valor; nos recursos e nas causas propostos nos tribunais superiores.

ESTÁDIO ASPMYRA, EM BODO
ÁRBITRO OREL GRINFEELD (ISRAEL)

BODO/GLIMT	FC PORTO
3	2
NIKITA HAIKIN	DIOGO COSTA
FREDRIK SJOVOLD	JOÃO MÁRIO
ODIN BJORTUFT	ZÉ PEDRO
VILLADS NIELSEN	NEHUÉN PÉREZ
FREDRIK BJORKAN	FRANCISCO MOURA (80')
ULRIK SALTNES (90'+1)	MARKO GRUJIC (69')
PATRICK BERG	STEPHAN EUSTÁQUIO (60')
HAKON EVJEN (83')	GONÇALO BORGES (60')
ISAK MÄÄTTÄ	NICO GONZÁLEZ
KASPER HOGH (79')	IVÁN JAIME (69')
JENS HAUGE (90'+1)	SAMU OMORODION
TREINADOR	**TREINADOR**
KJETIL KNUTSEN	VÍTOR BRUNO
SUBSTITUIÇÕES	**SUBSTITUIÇÕES**
PHILIP ZINCKERNAGEL (79')	GALENO (60')
SONDRE FET (83')	PEPÊ (60')
AUGUST MIKKELSEN (90'+1)	RODRIGO MORA (69')
RUNAR ESPEJORD (90'+1)	DENIZ GÜL (69')
	ANDRÉ FRANCO (80')

GOLOS: SAMU OMORODION (8'), KASPER HOGH (15'), JENS HAUGE (40' E 62'), DENIZ GÜL (90')
CARTÕES AMARELOS: MÄÄTTÄ (45'+3 E 51'), NICO GONZÁLEZ (71'), BERG (81').

CARTÃO VERMELHO: MÄÄTTÄ (51').

Kasper Hogh vence a oposição de Francisco Moura e marca o primeiro golo dos noruegueses.

EPA / MATS TORBERGSEN

Samu não impede crescimento da lenda europeia do Bodo/Glimt

LIGA EUROPA Dragões estiveram a vencer com um golo do jovem espanhol e jogaram com mais um durante quase 40 minutos, mas saíram derrotados. Segue-se o Manchester United.

TEXTO **ISAURA ALMEIDA**

O FC Porto não conseguiu pontuar no jogo de estreia da renovada Liga Europa. A equipa portista saiu ontem derrotada do Estádio Aspmyera (3-2), apesar de ter estado a ganhar ao Bodo/Glimt e ter jogado mais de 40 minutos em superioridade numérica. A equipa norueguesa, que se tornou conhecida no futebol mundial depois de vencer a AS Roma de José Mourinho por duas vezes em 2022, acrescentou assim mais uma vitória à sua lenda europeia... à custa da amarga estreia de Vítor Bruno nas provas da UEFA.

Apesar de na véspera ter dito que seria "um ato de loucura" apresentar-se em calções no banco, Vítor Bruno manteve a sua imagem de marca sem se intimidar com os nove graus que se faziam sentir em Bodo, na Noruega.

O técnico mudou, sim, o onze inicial, fazendo três alterações face ao utilizado em Guimarães para o campeonato – Grujic, Gonçalo Borges e Iván Jaime entraram para os lugares de Alan Varela, Galeno e Pepê – e estreando Zé Pedro e Samu nas provas europeias.

O jovem espanhol festejou a primeira titularidade europeia abrindo o marcador logo aos oito minutos de jogo. A jogada foi de grande requinte. Gonçalo Borges encontrou Francisco Moura, que, com toda a classe, serviu Samu para o primeiro golo de uma partida que começou com ascendente do Bodo/Glimt.

Samu chegou assim aos quatro golos em três jogos e esteve perto de bisar, mas foram os noruegueses a empatar depois de uma grande jogada concluída por Kasper Hogh.

Seria a primeira vez que Diogo Costa iria buscar a bola ao fundo da baliza antes do intervalo. O FC Porto não abdicava da saída curta desde trás e os noruegueses perceberam e conseguiram condicionar pressionando alto e sendo fortes nas transições. E foi assim (e com ajuda da conquista das segundas bolas) que o Bodo/Glimt deu a volta ao marcador, com um golo de Jens Hauge. Um remate colocado do ex-Milan que não deu hipóteses de defesa ao guarda-redes portista.

No segundo tempo o jogo tornou-se mais desafiante para ambas as equipas. Os dragões corriam atrás do empate e viram o adversário ficar (aparentemente) fragilizado com a expulsão de Isak Määttä. Mas Jens Hauge tinha outros planos e tratou de minimizar a inferioridade numérica com mais um golo. Hogh lançou o ex-Milan, que avançou pela área adentro depois de expor toda a inexperiência de Zé Pedro e bater Diogo Costa mais uma vez.

O treinador portista via assim a desvantagem aumentar para dois golos depois de uma tripla substituição.

Galvanizado pelo resultado, pela força amarela vinda das bancadas e pela falta de agressividade portista sobre a bola, aliada à pouca incidência ofensiva dos dragões, o Bodo esteve perto do quarto golo (negado por Diogo Costa), mas acabou a priorizar a organização defensiva e não se daria mal com a estratégia.

Pepê e Samu não conseguiram bater o guardião dos *vikings*, mas Deniz Gül marcou na estreia, reduzindo o marcador. No entanto, não impediu nova derrota portista na Noruega ... 27 anos depois. O FC Porto volta a jogar a 3 de outubro, com a receção aos ingleses do Manchester United, de Bruno Fernandes e Diogo Dalot.

isaura.almeida@dn.pt

LIGA EUROPA
1.ª JORNADA

Bodo/Glimt-**FC PORTO**	3-2
AZ Alkmaar-Elfsborg	3-2
Manchester United-Twente	1-1
Ludogorets-Slavia Praga	0-2
Anderlecht-Ferencváros	2-1
Nice-Real Sociedad	1-1
Midjtylland-Hoffenheim	1-1
Galatasaray-PAOK Salonica	3-1
Dínamo Kiev-Lazio	0-3
HOJE	
Malmö-Rangers	17.45
Fenerbahçe-U. St. Gilloise	17.45
Ajax-Besiktas	20.00
SP. BRAGA-Maccabi Tel.	20.00
Lyon-Olympiacos	20.00
Tottenham-Qarabag	20.00
E. Frankfurt-Viktoria Plzen	20.00
FCSB-Rigas	20.00
AS Roma-Athletic Bilbau	20.00

Nota: Jogos com transmissão na SportTV

Jeremy, o fenómeno de 2,21 metros aos 13 anos que faz inveja às estrelas da NBA

BASQUETEBOL O menino canadiano tem a mesma altura de Kristaps Porzingis, campeão pelos Boston Celtics que é o terceiro mais alto da liga. Já tem nove milhões de seguidores no Instagram.

TEXTO **ISAURA ALMEIDA**

Um fenómeno. É assim que se pode definir o menino canadiano Jeremy Gohier, que com apenas 13 anos já tem 2,21 metros de altura e já estará, por certo, debaixo de olho, das principais equipas da NBA, cujos olheiros estão sempre atentos aos gigantes que possam fazer a diferença na principal liga profissional de basquetebol do mundo.

O miúdo nascido no Quebec, que já tem nove milhões de seguidores no Instagram, chamou a atenção durante o Campus MSHTV – um evento de basquetebol norte-americano que revela talentos – e tornou-se notícia assim que os seus vídeos foram partilhados nas redes sociais e plataformas especializadas. Este gigante tem já a mesma altura que o letão Kristaps Porzingis, campeão na última época pelos Boston Celtics, que é o terceiro mais alto da NBA, estando apenas a três centímetros do francês Victor Wembanyama (San Antonio Spurs) e do sérvio Boban Marjanovic (Houston Rockets).

E não é só pela diferença de estatura para os rapazes da sua idade – têm metade do seu tamanho – que Jeremy Gohier dá nas vistas, pois a grande mobilidade que demonstra em campo permitem-lhe fazer afundanços só com o braço esticado, sem precisar de saltar – o cesto está a 3,05 metros do solo.

Jeremy é dono de uma bolsa que apoia promissores atletas canadianos, que lhe permitirá jogar ao mais alto nível nos próximos dois anos em torneios norte-americanos. Estuda no Sport-Études da Georges-Vanier High School – escola para atletas de excelência – e os especialistas acreditam que, se mantiver a progressão conjugada com os centímetros que ainda pode crescer, haverá uma cobiça desmedida para o garantir quando chegar à idade de entrar nas universidades norte-americanas.

Jeremy Gohier tem praticamente o dobro da altura dos seus colegas.

Jeremy Gohier é compatriota de Zach Edeney (2,24 metros), que este ano foi contratado pelos Memphis Grizzlies e está entre os candidatos a *Rookie* do Ano na NBA, e de Olivier Rioux (2,36 metros), que aos 18 anos joga pela equipa da Universidade da Florida e detém o recorde do *Guinness* para adolescente mais alto, aspirando, nesta altura, a ser o basquetebolista mais alto de sempre da NBA. Esse recorde é partilhado pelo romeno Gheorghe Muresan e o sul-sudanês Manute Bol, com 2,31 metros.

No campeonato da época passada, que terminou com o português Neemias Queta (2,03m) como Campeão da NBA pelos Boston Celtics, Wembanyama e Marjanovic foram os mais altos, seguidos por Porzingis, sendo que o *Top*-5 fecha com os 2,18 metros de Luka Kornet (Boston) e de Bol Bol (Phoenix Suns), que curiosamente é filho de Manute Bol o mais alto de sempre na liga.

Jeremy Gohier tem 2,21 metros, embora algumas fontes falem em 2,20. E, na realidade, um centímetro faz toda a diferença. E para evitar dúvidas, desde 2019 que as equipas da NBA estão obrigadas a submeter as medições oficiais logo na semana do *training camp*, onde se começam a mostrar as jovens promessas, sendo ainda submetidos a testes de idade. Isto porque a NBA quis acabar com as suspeitas sobre estes dados, depois de dois episódio mediáticos que puseram em causa a confiança da liga.

> Jeremy é dono de uma bolsa que apoia promissores atletas canadianos, que lhe permitirá jogar ao mais alto nível nos próximos dois anos em torneios norte-americanos.

Um deles envolveu Buddy Hield, que em 2018 disse ter 26 anos quando foi registado pelos Sacramento Kings como tendo 25 (teria sido registado incorretamente nas Bahamas). O outro teve a ver com a altura de Kevin Durant, que estava registado pelos Brooklyn Nets como medindo 2,06 metros – teria mentido porque não queria ser inscrito como poste, mas como ala – mas passou a medir oficialmente 2,11.

Na NBA o tamanho é fundamental, mesmo que Jeremy Gohier só lá possa chegar, na melhor das hipóteses, em 2030!

isaura.almeida@dn.pt

OS MAIS ALTOS DA HISTÓRIA DA NBA

Jogador	Altura
Gheorghe Mureşan (Roménia)	2,31m
Manute Bol (Sudão)	2,31m
Tacko Fall (Senegal)	2,29m
Slavko Vraneš (Montenegro)	2,29m
Shawn Bradley (EUA)	2,29m
Yao Ming (China)	2,29m

OS MAIS ALTOS DA NBA EM 2023-24

Jogador	Altura
Victor Wembanyama (San Antonio)	2,24m
Boban Marjanović (Huston)	2,24m
Kristaps Porzingis (Boston)	2,21m
Luka Kornet (Boston)	2,18m
Bol Bol (Phoenix)	2,18m

BREVES

MotoGP mais dois anos em Portugal

O Grande Prémio de Portugal de MotoGP, que se disputa no Autódromo Internacional do Algarve, vai continuar no calendário do Mundial pelo menos por mais dois anos. "Conseguimos. Foi um trabalho de equipa que demorou muito tempo a chegar. Portugal vai ter um contrato para dois anos, pela primeira vez", disse ontem Jaime Costa, diretor-geral da Parkalgar, empresa gestora do autódromo algarvio. O GP de Portugal de MotoGP vai ser uma das últimas provas do calendário, podendo assim decidir o Mundial. "Amanhã [hoje] será anunciada a data definitiva, mas será no final do calendário. A prova terá esse elã especial de poder decidir aqui o campeonato", afirmou Jaime Costa.

Sporting visita Portimão na Taça de Portugal

A visita do Sporting a Portimão para defrontar o Portimonense, recém-despromovido à II Liga, é o principal destaque da 3.ª eliminatória da Taça de Portugal, realizado ontem. Já o FC Porto, vencedor das últimas três edições, inicia a defesa do título no reduto do Sintrense, do Campeonato de Portugal, enquanto o Benfica, recordista de troféus (26), inicia a sua participação em casa do Pevidém, também do Campeonato de Portugal. Nesta ronda há duas equipas dos Distritais: o Maria da Fonte, que vai receber o Arouca, da I Liga; e o Juventude Lajense que visita o Amarante, da Liga 3. Os 32 jogos da terceira eliminatória estão agendados para o período entre 18 e 21 de outubro.

Kate Winslet no papel de Lee Miller: como olhar a guerra?

Lee Miller: quanto vale uma fotografia?

BIOGRAFIA *Lee Miller – Na Linha da Frente* é um filme para resgatar do esquecimento uma notável fotógrafa dos cenários da Segunda Guerra Mundial. Interpretada por Kate Winslet, ela é alguém que conhece o valor informativo e moral de cada imagem.

TEXTO **JOÃO LOPES**

O filme *Lee Miller – Na Linha da Frente* teve a sua primeira apresentação no Festival de Toronto, em setembro de 2023. Só agora está a chegar aos grandes mercados internacionais, incluindo os EUA e o Reino Unido, e também aos de menor dimensão, como é o caso português. Tendo em conta que o seu maior trunfo é o protagonismo de Kate Winslet, uma atriz "oscarizada", conhecida das plateias de todo o mundo, eis um adiamento que dá que pensar.

Mesmo com um nome como Winslet, os mecanismos dominantes do *marketing* global não sabem o que fazer com um produto que não "encaixa" nas opções correntes dos circuitos comerciais. Colocando a questão de forma cândida, tais mecanismos esbarram na pergunta mais simples: que fazer com um filme sobre Lee Miller (1907-1977), uma mulher fotógrafa?

Se outros méritos não tivesse, este é um filme capaz de resgatar do esquecimento alguém que raras vezes terá sido conhecida (e devidamente admirada) pelo génio do seu labor como repórter de guerra durante o segundo conflito mundial. Sem esquecer que tal esquecimento foi, em parte, favorecido pela própria Lee Miller, ao esconder a maior parte dos negativos das suas fotografias, desgostosa com o facto de, logo após o fim da guerra, não terem sido devidamente publicadas as suas imagens, sobretudo as que testemunham a monstruosidade dos crimes cometidos pelos nazis.

No processo de redescoberta e divulgação de tais fotografias, Antony Penrose (*n.* 1947), filho de Lee Miller, foi e continua a ser uma figura essencial, obviamente não por acaso com um papel determinante na teia dramática do filme, interpretado por Josh O'Connor (que vimos este ano como um dos protagonistas de *Challengers*, de Luca Guadagnino). Daí a estrutura tradicional do filme, propondo um ziguezague entre as memórias de uma Lee Miller envelhecida, profundamente desencantada, e os episódios emblemáticos de uma vida invulgar, enfrentando diversas formas de marginalização profissional motivadas pela "estranheza" de uma mulher querer fazer fotografias, não de moda (Lee chegou a ser modelo), mas em cenários de guerra.

Ainda assim, convém não reduzir Lee Miller a uma "heroína" solitária, quanto mais não seja porque na mesma época encontramos alguns outros notáveis exemplos de mulheres que se distinguiram na fotografia – lembremos o exemplo de Margaret Bourke-White, também americana, aliás personagem importante do filme *Gandhi* (1982), de Richard Attenborough, interpretada por Candice Bergen.

Em boa verdade, a dimensão mais rica do filme decorre da reflexão sobre um desafio, de uma só vez artístico e ético, que qualquer profissional da imagem é levado a enfrentar. A saber: perante os horrores de uma guerra, que imagens recolher e, sobretudo, como fazê-lo, que olhar adoptar? Ou ainda: quanto vale uma fotografia? E como partilhar o seu valor?

Imagens & fotografia

Pormenor a ter em conta: *Lee Miller – Na Linha da Frente* marca a estreia na realização de Ellen Kuras (americana, nascida em 1959), com uma importante carreira como diretora de fotografia – são dela as imagens de títulos como *Verão Escaldante* (1999), de Spike Lee, ou *O Despertar da Mente* (2004), de Michel Gondry (também com Kate Winslet, contracenando com Jim Carrey). Neste caso, Kuras entregou as imagens do seu filme ao polaco Pawel Edelman, prodigioso artista da luz e da cor, colaborador regular de Roman Polanski, para quem fotografou, por exemplo, *O Pianista* (2002) e *J'Accuse – O Oficial e o Espião* (2019).

Apesar de alguns diálogos algo mecânicos, sobretudo na gestão da informação sobre o contexto político da Segunda Guerra Mundial, este é um filme de extrema utilidade pedagógica. Isto porque no nosso presente, infelizmente, a consciência moral que as imagens suscitam tende a ser todos os dias vulgarizada, sobretudo através do sensacionalismo de algumas linguagens de raiz televisiva.

O mapa das estrelas

	JOÃO LOPES	RUI PEDRO TENDINHA	INÊS N. LOURENÇO
LEE MILLER: NA LINHA DA FRENTE	★★★		
SUPER/HOMEM: A HISTÓRIA DE CHRISTOPHER REEVE			★★★
LOBOS SOLITÁRIOS		★★★★	
ARRABALDE		★★	
A FERA NA SELVA			★★
ROB PEACE	★★		★★
GRAND TOUR	★★★	★★★	★★★
UM ANO DIFÍCIL	★		★
AS TRÊS FILHAS		★★★	
BEETLEJUICE BEETLEJUICE	★★	★★★	★★★★

● Mau ★ Medíocre ★★ Com interesse ★★★ Bom ★★★★ Muito bom ★★★★★ Excecional

Wolfs, *cool* nos diálogos, veloz na coreografia da ação...

Brad Pitt e George Clooney em *after hours*...

HUMOR Comédia *caper* que se torna um acontecimento invulgar no *streaming* (chega amanhã à AppleTV+): um *blockbuster* com Brad Pitt e George Clooney que criminosamente não chega às salas. *Lobos Solitários*, de Jon Watts, é bem capaz de ser o melhor divertimento do ano.

TEXTO **RUI PEDRO TENDINHA**

O comportamento masculino ironizado e escalpelizado num espetáculo de Hollywood. Afinal, a comédia de maneiras pode ter alguns disfarces. Sob o ângulo de Jon Watts é uma observação sobre cumplicidade masculina, um elogio ao efeito *bromance* que, se calhar, fazia mais sentido nos Anos 1990. Por alguma razão, não estamos a ter *Wolfs* nos cinemas, porque há essa impressão de que este humor sobre personagens, neste caso, "gajos", pareça algo datado. Mas é nesse *alure* de velha guarda que este filme tem graça. Tem graça antes de ter piada e isso é tão raro.

Lobos Solitários, com George Clooney e Brad Pitt, mostra dois agentes de limpeza de crimes, daqueles que resolvem cenas de crime, limpam tudo sem deixar pistas e salvam os envolvidos nos sarilhos. São solitários e desta vez são obrigados a formar dupla. Têm aquelas luvas de plástico e todos os truques de não serem apanhados nas câmaras de vigilância. Claro que os dois, ao princípio, passam a vida a competir com bocas e piadas de ego, verdadeiramente à boa maneira das comédias *screwball*. Estes dois *fixers* têm objetivos diferentes: um protege uma procuradora-geral após uma noite de sexo com um rapaz com idade para ser seu filho; o outro a administração do hotel, onde poderá ter ocorrido um acidente fatal.

Para complicar as coisas, há 4 pacotes de cocaína pertencentes às máfias croata e albanesa, associados a um suposto cadáver…

Entre a sofisticação dos modelos da comédia de ação e a vénia ou reciclagem do *Rat Pack* (com direito a uma homenagem hilariante a Frank Sinatra), Jon Watts está também a manter viva a crença de que pode haver um humor saudável apenas criado pela química de uma dupla, neste caso dois ícones, Clooney e Pitt. A prova de que as verdadeiras estrelas de Hollywood podem provocar uma reação absolutamente envolvente. O *timing* do humor deles não se inventa, tem-se – percebeu-se isso quando ambos dançaram Sade no genérico final quando o filme foi ovacionado na Mostra de Veneza há umas semanas...

E se é verdade que é uma comédia sobre masculinidade nada tóxica, filmada por um cineasta com veludo na câmara, não é menos verdade que a sua vibração mais reconhecível passe por *Nova Iorque Fora de Horas*, de Martin Scorsese. É porque também se passa em Nova Iorque fora de horas e porque tudo aqui acaba por ser imprevisível…

> Sob o ângulo de Jon Watts é uma observação sobre cumplicidade masculina, um elogio ao efeito *bromance* que, se calhar, fazia mais sentido nos Anos 1990.

Para sempre, *Superman*.

Christopher Reeve, herói americano

MEMÓRIA Num documentário que chega agora às salas, *Super/Homem: A História de Christopher Reeve*, somos convidados a conhecer intimamente o herói humano cuja vida ficou marcada pela tragédia, depois de se ter tornado o primeiro *Superman* no ecrã.

TEXTO **INÊS N. LOURENÇO**

Era inevitável que a questão da ironia amarga estivesse no centro de um documentário sobre aquele que inaugurou no grande ecrã a era do super-heroísmo: quando, a 27 de maio de 1995, um acidente numa competição equestre o deixou tetraplégico (depois de ter estado à beira da morte), nenhuma parangona conseguiu contornar o facto de ser, precisamente, o homem de capa vermelha que a todos fascinara com a sua proeza aerodinâmica na tela em 1978, a encarnar uma das maiores tragédias ocorridas a uma estrela de Hollywood. Bem consciente disso, como aliás se percebe pelo título, *Super/Homem: A História de Christopher Reeve*, usa o tema do heroísmo, tão caro à mitologia americana, para explorar o modo como o prefixo "super" se aplicou muito mais ao capítulo da falência física do ator do que à sua celebração como símbolo da cultura popular.

Partindo dessa dimensão humana, e sem nunca a largar, o filme da dupla Ian Bonhôte e Peter Ettedgui revisita então o percurso de Christopher Reeve (1952-2004) confiando sobretudo aos seus três filhos a recordação de momentos que permitem construir uma ideia fidedigna do homem eternamente dividido entre a celebridade de uma personagem (que se colou de forma indelével ao seu perfil) e uma vida familiar repleta de atividades desportivas... Até ao acontecimento fatídico.

É por um de vários vídeos caseiros que entramos nesta história. Mais concretamente, um vídeo com o seu filho mais novo em criança, Will Reeve, a lançar a nota afetiva que depois é esmiuçada pelos dois descendentes mais velhos. O discurso alarga-se ainda aos colegas atores, como Susan Sarandon, Jeff Daniels, Glenn Close e Whoopi Goldberg, entre outras figuras, mas o documentário de Bonhôte e Ettedgui não está tão interessado na carreira de Reeve ator como está na sua luta e ativismo – a ação que definiu os seus dias confinado a uma cadeira de rodas e um tubo de respiração.

Talvez esse seja o único aspeto que desequilibra um pouco a justeza deste olhar: se é verdade que não faltam elementos à narrativa trágica de Reeve (e é preciso elogiar também a relevância dada ao papel da esposa, Dana), o espectador cinéfilo poderá sentir que não foi suficientemente recompensado na curiosidade em relação ao intérprete, aqui evocado quase somente por *Superman* e um telefilme, *Above Suspicion* (1995), que se estreou pouco antes do acidente e onde interpreta um polícia paralisado numa cadeira de rodas...

Os factos arrepiantes são muitos. Mas, no meio dos arquivos e entrevistas, o que se capta é a corrente de dor que se procurou sempre combater, destacando-se aí a memória do amigo Robin Williams, que foi fundamental para o ânimo de Reeve. Glenn Close diz a certa altura que, se Christopher Reeve ainda fosse vivo, Williams também o seria... Daquelas frases sinceras que ecoam num documentário de musculatura emocional, onde não se ocultam falhas humanas, mas se eleva o heroísmo mais genuíno.

Peter, Paul & Mary – de Nova Iorque para o mundo

MEMÓRIA Quinze anos passados sobre o desaparecimento de Mary Travers (1936-2009) – voz do icónico trio de música *folk* Peter, Paul & Mary (PP&M) – que vestígios subsistem do ambiente em que esta jovem mãe, divorciada aos 23 anos, tentava sobreviver em Nova Iorque com uma criança pequena, quando milagrosamente surgiu o projeto que a salvou?

TEXTO **ISABEL MONTEIRO**

O trio Peter, Paul and Mary em 1970.

Filha única de pai ausente e mãe jornalista no ativo, Mary tinha passado uma infância nada comum, tornando-se, com a idade, cada vez mais desajustada na escola. No entanto tinha grandes capacidades intelectuais: era devoradora de livros e, sim, adorava as aulas de música. Na adolescência foi convidada pelo professor de música para cantar num coro que ele dirigia fora da instituição, o que lhe permitiu ser selecionada para participar depois na gravação de discos de Pete Seeger (1919-2014), o grande impulsionador do movimento *folk* nos Anos 50/60.

Mary cresceu e vivia em Greenwich Village, o bairro boémio de Nova Iorque então considerado "a maior e mais célebre comunidade" de músicos *folk* na América (David Hajdu: *Positively 4th Street*, 2001), onde confluíam jovens de toda a parte tentando fazer carreira.

Era o caso de Peter Yarrow (*n.*1938), que ganhava a vida a cantar no Café Wah? acompanhando-se à guitarra, onde o ouviu Albert Grossman (1926-1986) – empresário experiente que se tornaria lendário por lançar Bob Dylan –, que o desafiou a diferenciar-se dos colegas que se apresentavam em idêntico modelo (voz e guitarra), aconselhando-o a formar um trio que incluísse uma cantora.

Num encontro de ambos no emblemático Folklore Center, Peter reparou no retrato de uma rapariga loira entre as dezenas de fotografias de músicos *folk* que o proprietário – Izzy Young (1928-2019), um apaixonado pelo *folk* e grande apoiante dos jovens músicos – tinha afixadas numa parede. Grossman disse-lhe que era Mary Travers, uma cantora (quase) nativa do bairro, a qual seria uma boa aposta para cantarem juntos.

Assim aconteceu e em breve Mary desafiava Noel Paul Stookey (1937) a juntar-se-lhes, um comediante com imenso sucesso que tinha também um enorme talento musical e uma voz excelente, com quem aliás ela cantava pontualmente no Café Gaslight.

Blowin' in the Wind – a afirmação

Com o entusiasmo dos primeiros ensaios e a aprovação do empresário, os três deram início a sete intensos meses de trabalho diário, com supervisão de um diretor artístico, criando um som próprio e montando o repertório necessário para atuar em público. A estreia oficial foi num dos clubes da Village, o Bitter End.

O passo seguinte foi, naturalmente, a gravação de um primeiro álbum. Lançado em 1962, o autointitulado LP entrou de imediato para o N.º1 das tabelas, um feito raro na música *folk*. Exatamente um ano depois, *PP&M* era galardoado com um *Grammy* pelo *single* dele extraído, *If I Had a Hammer*, uma canção de protesto de Pete Seeger.

Com ventos favoráveis, o trio lançou no ano seguinte dois novos álbuns, dos quais *In The Wind* (out. 63) se tornou a pedra de toque que confirmou a solidez e qualidade do projeto, dando nome internacional a Peter, Paul & Mary. Além de conter canções originais do grupo e música tradicional com arranjos dos próprios, incluía temas de Bob Dylan, à época um jovem desconhecido.

A explosão deu-se justamente com *Blowin' in the Wind*, a canção que Dylan tinha gravado sem qualquer reconhecimento público, agora convertida em *single* de PP&M, em N.º1 e premiada com dois *Grammys*, levantando voo para circular pelo mundo inteiro.

> Em abril de 2024 integraram o primeiro lote de homenageados pelo Folk and Americana Roots Hall of Fame, em Boston, juntamente com muitas outras celebridades, entre elas, Joan Baez.

A partir daqui o grupo não parava, numa espiral de trabalho com ensaios, gravações e digressões, chegando a fazer 200 a 300 concertos por ano, segundo referem. Mas ao fim de quase uma década sem vida pessoal, sem disponibilidade, sequer, para refletir sobre o próprio trabalho, foi de comum acordo que resolveram pôr fim ao projeto em 1970, distribuindo agora o tempo entre carreiras a solo, em música ou televisão e, claro, casa e família.

Segundo o grupo: "A música *folk* e o ativismo convergem" (*Peter Paul and Mary: fifty years of music and life*, 2015). A verdade é que, depois da separação, a participação esporádica, mas convicta, de PP&M em espetáculos por causas sociais relevantes e o prazer de fazerem música juntos, levaram à decisão de voltarem a trabalhar em grupo.

Agora mais velhos e maduros, equilibrando um reduzido número de concertos por ano com a vida pessoal, mas mantendo o seu característico ativismo, em 1978 retomaram o projeto Peter, Paul & Mary por mais 30 anos, até à morte de Mary, com leucemia (16 set. 2009).

Num exemplo de coragem e superação, a cantora fez questão de manter até ao fim a sua participação no grupo que, certamente, terá sido uma vez mais a sua tábua de salvação.

Recentemente – Peter, Paul & Baez...?

Depois do desaparecimento de Mary, companheira de uma vida inteira, Peter e Noel Paul continuam a atuar juntos pontualmente, tocando e cantando em pequenos recintos onde, como sempre, são adorados pelo público.

Em abril de 2024 integraram o primeiro lote de homenageados pelo Folk and Americana Roots Hall of Fame, em Boston, juntamente com muitas outras celebridades, entre elas, Joan Baez. Na cerimónia pública, quando esta octogenária terminava a sua curta apresentação musical a solo, os quase nonagenários Peter e Noel subiram a custo os degraus até ao palco e juntaram-se à colega com quem tantas vezes tinham partilhado microfones, músicas e causas e, como de costume, harmonizaram as vozes: *The answer, my friend, is blowin' in the wind…*

Juntos comprovavam que a vida é realmente um círculo – atual, ultrapassado, atual de novo – e que o difícil é manter-se coerente e fiel aos seus princípios. Como aliás eles, Peter, Paul & Mary, fizeram ao longo da sua carreira, não ignorando todos os novos géneros, tendências e estilos que foram surgindo sucessivamente, mas sem abdicar das suas convicções e do meio que melhor lhes permitia partilhá-las com o público: a música *folk*.

Flautista

O Eixo Central de Pequim: o planeamento urbano ideal na China Antiga

Na imagem aérea do Eixo Central de Pequim, pode-se ver a Cidade Proibida e outras construções tradicionais bem preservadas ao longo do mesmo. A par dos edifícios modernos, este planeamento formam uma paisagem urbana que é exclusiva de Pequim.

O eixo central de Pequim é o eixo urbano mais extenso do mundo e foi traçado a partir do século XIII. As construções ao longo do eixo nos diferentes períodos históricos seguiram sempre um planeamento equilibrado e simétrico, demonstrando o pensamento filosófico de "colocar o mais respeitado no centro" da cultura tradicional chinesa.

Em julho deste ano, na 46ª *Sessão do Comité do Património Mundial*, o "Eixo Central de Pequim: um Conjunto de Edifícios que Representa a Ordem Ideal da Capital Chinesa" foi incluído na Lista do Património Mundial. Pequim é a capital das dinastias Yuan, Ming e Qing (1271-1912), cujo eixo central existe há 700 anos, com 7,8 quilómetros de extensão e 15 edifícios históricos ao longo do seu percurso, incluindo a Praça Tiananmen, a Cidade Proibida e o Templo do Céu.

Além disso, a cidade de Pequim foi o palco dos Jogos Olímpicos de Verão de 2008 e dos Jogos Olímpicos de Inverno de 2022. O Estádio Nacional, também conhecido como *Ninho de Pássaro*, que se serve como símbolo emblemático da cidade moderna de Pequim, localiza-se a norte da Cidade Proibida, também no Eixo Central de Pequim. Este testemunha o desenvolvimento da cidade, sendo uma herança do intercâmbio entre as culturas do passado e do presente.

Há mais de 2000 anos, em documentos antigos, já existiam referências a que as cidades chinesas eram construídas ao longo de um eixo central. Os chineses antigos acreditavam que um planeamento urbano ideal deveria adotar a seguinte estrutura: "O templo ancestral à esquerda, o altar do solo e dos cereais à direita, o pátio dedicado às repartições governamentais à frente e o mercado atrás."

Trata-se também das regras da disposição da construção da capital: o palácio principal é situado no eixo central da cidade, o templo dedicado aos antepassados localiza-se à esquerda do eixo, o altar para os deuses da terra e da agricultura à direita, o pátio das repartições governamentais à frente e o mercado atrás do palácio, para toda a cidade apresentar um padrão simétrico ao longo do eixo central.

A construção de Pequim remonta ao século XIII, altura em que a disposição simétrica já era utilizada na arquitetura, informando a localização original dos edifícios ao longo do Eixo Central de Pequim.

No início do século XV, a Dinastia Ming mudou a capital para Pequim e continuou a desenvolver a cidade. Por isso, a maioria dos complexos arquitetónicos que hoje podemos ver ao longo do Eixo Central, incluindo o *Gulou* (Campanário) e o *Zhonglou* (Torre do Sino das Horas), a Cidade Proibida e a Praça Tiananmen, entre outros, foram construídos durante este período.

O Eixo Central de Pequim é uma obra-prima de arte arquitetónica clássica das capitais chinesas, que não só seguem os ideais e conceitos de construção de cidades na China Antiga, como também incorporam o pensamento filosófico de "colocar o mais respeitado no centro", típico da cultura tradicional chinesa.

Além de o centro representar comando e posição, o caráter *zhong* tem vários significados na cultura tradicional chinesa. Significa a equidade e a justiça no termo *zhongzheng* (equidade e reto), a imparcialidade na ação e a calma nas emoções nas palavras *zhongyong* (médio e moderado) e *zhonghe* (neutralidade e harmonia).

Trata-se de virtudes muito apreciadas na China. Por isso, o facto de os palácios ficarem no centro da cidade não só destaca a magnanimidade imperial, mas também reflete as expectativas do povo de que os imperadores devem ter virtudes nobres.

Curiosamente, os arquitetos europeus também criaram uma escola arquitetónica seguindo correntes filosóficas e demonstraram a estética europeia através das disposições axiais, utilizando-as na conceção paisagística, como o Palácio de Versalhes e o Louvre em França, cuja estética teve origem no pensamento filosófico grego antigo da matemática, da geometria e das regras e regulamentos. Em vez disso, a disposição axial é aplicada no planeamento urbano chinês com o objetivo de refletir as exigências morais dos governantes com base na cultura tradicional chinesa.

Independentemente de serem utilizados no Oriente ou no Ocidente, os eixos centrais demonstram as profundas tradições das arquiteturas e os encantos de diferentes culturas.

A imagem mostra os principais marcos históricos e culturais localizados ao longo do Eixo Central de Pequim.

INICIATIVA DO MACAO DAILY NEWS

CARTÓRIO NOTARIAL DE SINTRA

de Cláudia Vieira da Silva

PUBLICAÇÃO

Cláudia Vieira da Silva, Notária no Cartório Notarial de Sintra, faz saber que no dia vinte e cinco de julho de dois mil e vinte e quatro, no referido Cartório Notarial, foi celebrada escritura pública de Justificação, lavrada a folhas 56 e seguintes do Livro 18:

JUSTIFICANTES: DORA CRISTINA DOS SANTOS SILVA MARGARIDO, NIF 187 219 982, natural da freguesia dos Prazeres, concelho de Lisboa, viúva, dona e legítima possuidora dos seguintes bens imóveis:

PRÉDIO: - 1.º Fração autónoma designada pelas letras "AA", correspondente a garagem n.º 24 na cave – acesso pelo número 5 A, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Costa da Caparica, sob o artigo 3975, com o valor patrimonial correspondente à fracção de €8.556,60; e

2.º Fração autónoma designada pelas letras "AV", correspondente ao segundo andar B – habitação – acesso pelo número 7, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Costa da Caparica, sob o artigo 3975, com o valor patrimonial correspondente à fracção de €60.402,65.

Ambas as frações fazem parte do prédio urbano em regime de propriedade horizontal sito na Costa da Caparica, na Rua Mestre Romualdo, números 5, 5-A e 7, freguesia de Costa da Caparica, concelho de Almada, descrito na Segunda Conservatória do Registo Predial de Almada sob o número oitocentos e sessenta, da dita freguesia, afeto ao regime da propriedade horizontal pela Ap. 29, de 1992/07/24, e a aquisição a favor de Mário Rui dos Santos Serôdio Hildebrandt, pela Ap. 17, de 1993/01/18.

MODO DE AQUISIÇÃO: dação em pagamento, por volta do final do ano de mil novecentos e noventa e três, a FRIEDRICH ENGLISH, NIF 222446480, solteiro, maior, natural da República Federal da Alemanha, de nacionalidade alemã, com ultima residência conhecida na Rua Fernando Pessoa, número 4, 6 H, Paço de Arcos, em Oeiras, e a HORST ENGLISH, NIF 222422980, solteiro, maior, natural da República Federal da Alemanha, de nacionalidade alemã, com última residência conhecida na Rua Fernando Pessoa, número 4, 6 H, Paço de Arcos, em Oeiras.

E por volta do ano de mil novecentos e noventa e sete, por doação meramente verbal de Friedrich English e Horst English, a DORA CRISTINA DOS SANTOS SILVA MARGARIDO.

Sintra, 1 de setembro de 2024

A notária
Cláudia Vieira da Silva

CARTÓRIO NOTARIAL DE LOURES

A CARGO DA NOTÁRIA
ROSA MATOS ALVES

JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

Certifico, para efeitos de publicação, que foi lavrada neste Cartório, no dia vinte de setembro de dois mil e vinte e quatro, exarada a folhas cinquenta e cinco do Livro de Notas para Escrituras Diversas número Quatrocentos e Treze- A, uma Escritura de Justificação, na qual Aires Carvalheira de Almeida e mulher, Manuela de Paiva Pereira Almeida, casados sob o regime da comunhão de adquiridos, residentes na Rua Nossa Senhora da Visitação, lote D 12, Portela da Azoia, Santa Iria de Azoia, Loures, declaram que, com exclusão de outrem são donos e legítimos possuidores do seguinte imóvel:

Prédio urbano, sito em Calçadinha da Pateira, lote número 59, freguesia da União das freguesias de Santa Iria de Azoia, São João da Talha e Bobadela, concelho de Loures, inscrito na respetiva matriz predial sob parte do artigo rústico 10, da Secção 1B, o qual teve a sua origem sob parte do artigo 10, da Secção B, da freguesia de Santa Iria de Azoia (extinta), descrito na Segunda Conservatória do Registo Predial de Loures, sob o número Três Mil Duzentos E Oito, da freguesia de Santa Iria de Azoia.

Que o referido imóvel lhes pertence por estarem eles justificantes na posse dele há mais de vinte e quatro anos, sendo uma posse pacífica, contínua, pública e de boa-fé, pelo que adquiriram o identificado imóvel por usucapião, o que invocam para justificar do direito sobre tal imóvel para fins de registo na citada Conservatória.

Loures, 23 de setembro de 2024

A Notária

CARTÓRIO NOTARIAL DE LOURES

A CARGO DA NOTÁRIA
ROSA MATOS ALVES

JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

Certifico, para efeitos de publicação, que foi lavrada neste Cartório, no dia vinte de setembro de dois mil e vinte e quatro, exarada a folhas cinquenta e oito do Livro de Notas para Escrituras Diversas número Quatrocentos e Treze- A, uma Escritura de Justificação, na qual Aires Carvalheira de Almeida e mulher, Manuela de Paiva Pereira Almeida, casados sob o regime da comunhão de adquiridos, residentes na Rua Nossa Senhora da Visitação, lote D12, Portela da Azoia, Santa Iria de Azóia, Loures, declaram que, com exclusão de outrem são donos e legítimos possuidores do seguinte imóvel:

Prédio urbano, sito em Calçadinha da Pateira, freguesia da União das freguesias de Santa Iria de Azoia, São João da Talha e Bobadela, concelho de Loures, inscrito na respetiva matriz predial sob parte do artigo rústico 10, da Secção 1B, o qual teve a sua origem sob parte do artigo 10, da Secção B, da freguesia de Santa Iria de Azoia, descrito na Segunda Conservatória do Registo Predial de Loures, sob o número Três Mil Duzentos E Onze, da freguesia de Santa Iria de Azoia.

Que o referido imóvel lhes pertence por estarem eles justificantes na posse dele há mais de vinte e quatro anos, sendo uma posse pacífica, contínua, pública e de boa-fé, pelo que adquiriram o identificado imóvel por usucapião, o que invocam para justificar do direito sobre tal imóvel para fins de registo na citada Conservatória.

Loures, 23 de setembro de 2024

A Notária

Assembleia de Delegação Local Extraordinária

CONVOCATÓRIA

De acordo com o disposto no art.º 39.º dos Estatutos da Cruz Vermelha Portuguesa, publicados no Decreto-Lei n.º 281/2007, de 7 de agosto, e no Regulamento das Assembleias de Delegação, aprovado pela Direção Nacional da Cruz Vermelha Portuguesa em 10/10/2007, convoco a Assembleia da Delegação para o próximo dia **11 de outubro de 2024**, para as 21 horas, a ter lugar nas instalações da sede da mesma, sita na Av.ª Fernão de Magalhães, n.º 676/8 - r/c, 3000-174 Coimbra, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Um - Eleição dos dois Secretários para composição da Mesa da Assembleia, nos termos do art.º 3.º do Regulamento das Assembleias de Delegação

Se à hora indicada para a realização da Assembleia não se encontrarem presentes ou representados 50% dos membros que a compõem, a mesma terá lugar, em segunda convocatória, 30 minutos depois, nos termos do art.º 12.º do Regulamento das Assembleias de Delegação.

Coimbra, 24 de setembro de 2024

O Presidente da Delegação
Severino de Carvalho Oliveira

Assembleia Eleitoral

CONVOCATÓRIA

De acordo com o disposto no art.º 39.º dos Estatutos da **Cruz Vermelha Portuguesa**, publicados no Decreto-Lei n.º 281/2007, de 7 de agosto, e no Regulamento das Assembleias de Delegação, aprovado pela Direção Nacional da Cruz Vermelha Portuguesa em 10/10/2007, convoco a Assembleia Eleitoral para o próximo dia **11 de outubro de 2024**, para as 21.30 horas, a ter lugar nas instalações da sede da mesma, sita na Av.ª Fernão de Magalhães, n.º 676/8 - r/c, 3000-174 Coimbra. As urnas estarão abertas entre 21.30 e as 22 horas.

Ponto Único da ORDEM DE TRABALHOS - Eleição de três membros para o Conselho de Curadores da Delegação.

Coimbra, 24 de setembro de 2024

O Presidente da Delegação
Severino de Carvalho Oliveira

AVISO
AUTOESTRADA A8

Devido a trabalhos a decorrer na A8, informa-se que, até 4 de outubro 2024, existirão condicionamentos na circulação em diversos troços entre o Nó de Torres Vedras Norte e o Nó da Tornada, em ambos os sentidos.

Para minimizar os eventuais incómodos, os trabalhos decorrerão maioritariamente em período noturno.

Todos os trabalhos estarão devidamente sinalizados.

Respeite a sinalização, viaje em segurança.

Autoestradas do Atlântico, S.A.

CONDADO DE MASSACHUSETTS

TRIBUNAL DA CORTE
Departamento de Sucessões e Tribunal de Família

INTIMAÇÃO POR PUBLICAÇÃO

Divisão Bristol   Número Do Documento: 23A0385SJ

Karen Regina Da Rocha, Plaintiff (s)
v.
Adilson De Oliveira, Defendant (s)

Ao(s) Defendendo(s) acima nomeado(s):

Uma reclamação foi apresentada a este Tribunal pela Autora, Karen Regina Da Rocha, visando um julgamento nos termos do G.L. c 119, 39M; Inserir descobertas, fundamentação e conclusões de direito a respeito da criança.

Você está obrigado a servir para Ludovino P. Gardini, Esq. – demandante (s) - advogado do(s) demandante(s) – cujo endereço é 296 Newton Street Suite 250, Waltham, Massachusetts 02453, sua resposta em ou antes de 17 de janeiro de 2025. Se não o fizer, a Corte poderá continuar com a audiência e julgamento dessa reclamação. Você esta requerido to protocolar uma cópia da sua resposta no escritório de Registro da Corte de Tauton.

Testemunha, Katherine A. Field, Esquire, Primeira-Juíza do referido Tribunal Taunton, neste dia 17 de setembro de 2024

(Registro do tribunal de sucessões e família)

CARTÓRIO NOTARIAL DE LOURES

A CARGO DA NOTÁRIA
ROSA MATOS ALVES

JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

Certifico, para efeitos de publicação, que foi lavrada neste Cartório, no dia vinte de setembro de dois mil e vinte e quatro, exarada a folhas quarenta e seis do Livro de Notas para Escrituras Diversas número Quatrocentos e Treze - A, uma Escritura de Justificação, na qual Clarinda Hortense Mateus, residente no Beco da Corredoura, n.º 8, Casainhos, Fanhões, Loures, declara que, com exclusão de outrem, é dona e legítima possuidora de uma parcela de terreno com a área total de cento e quarenta e nove vírgula oitenta metros quadrados, sito em Beco da Corredoura, n.º 8, Casainhos, freguesia de Fanhões, concelho de Loures, inscrito na respetiva matriz predial sob parte do artigo 715, não descrito na Segunda Conservatória do Registo Predial de Loures.

Que o referido imóvel lhe pertence por estar ela justificante na posse dele há mais setenta e oito anos, sendo assim uma posse pacífica, contínua, pública e de boa-fé, pelo que adquiriu o identificado imóvel por usucapião, o que invoca para justificar do direito sobre tal imóvel para fins de registo na citada Conservatória.

Loures, 23 de setembro de 2024

A Notária

Cancelamento de ruído e qualidade sonora superiores em ponto pequeno

TECH Google melhora os já muito acima da média Pixel Buds Pro e, num formato ainda mais reduzido, cria fones muito eficientes e com IA incorporada. E ainda se revelam dos mais confortáveis que já usámos.

TEXTO **RICARDO SIMÕES FERREIRA**

Caso opte por comprar uns Pixel Buds Pro 2 – algo que, dizemos já, recomendamos vivamente – há duas coisas que precisa: atualizar o *firmware* e ter alguma paciência.

A primeira prende-se com o facto de os fones virem de fábrica com uma versão nitidamente incompleta do sistema ativo de cancelamento de ruído ambiente (ANC, na sigla inglesa), que, apesar de eliminar quase tudo o que se passa em nosso redor, interfere ligeiramente na qualidade da música. Algo que, após a atualização, deixámos de sentir.

O segundo fator, a paciência, prende-se com o facto de estes fones (tal como acontece com todo este tipo de aparelhos de qualidade, diga-se) precisarem de algumas horas de "rodagem" para chegarem à sua total qualidade sonora. A princípio estão muito "presos", os graves têm pouca definição. Mas isso muda, é só dar-lhes tempo.

Tal como na geração anterior, os Buds Pro trazem um "tutorial" importante de seguir relativamente ao tamanho das "almofadinhas" a utilizar e o ajuste no ouvido – como habitualmente, são fornecidas quatro medidas. Há ainda, nas definições dos Buds, um rápido teste à insonorização mecânica assim obtida que recomendamos, pois é a melhor forma de garantir que escolheu o modelo certo.

O sistema ativo de cancelamento de ruído dos Buds Pro 2 foi melhorado pela utilização do *chip* Tensor A1, a arquitetura baseada em ARM, mas proprietária da Google, porque é otimizada para correr algoritmos de IA e é utilizada nos aparelhos da linha Pixel. Segundo o fabricante, isto permite uma "latência [resposta] ultrabaixa, adaptando-se ao ambiente até 3 milhões de vezes por segundo". O número avançado, em comunicado, é um "cancelamento de ruído duas vezes maior do que no Pixel Buds Pro" – e, de facto, a melhoria sente-se, sem que, no entanto, se ouça qualquer "silvo" ou sensação de "opressão" que alguns modelos com ANC que já experimentámos provocam.

E não notámos (após a atualização de *firmware*) qualquer interferência na qualidade sonora.

De resto, a IA incorporada (tal como já acontecia na geração anterior) permite reconhecer quando iniciamos uma conversação e para a música, colocando os fones em modo Transparência automaticamente, de forma a ouvirmos o que se passa no exterior.

Detalhados e imersivos

Após pelo menos 16 horas de utilização, os Buds revelaram-se uns fones capazes de oferecer a melhor qualidade sonora que ouvimos em aparelhos deste género que não criados por uma marca de áudio perfeccionista – e por um preço inevitavelmente superior.

Os Buds Pro 2 são mais pequenos do que a geração anterior.

Apesar das suas pequenas dimensões – que permitem (em alguns casos, pelo menos) entrarem quase totalmente no ouvido –, que lhe reduzem a já minúscula "caixa", os Pro 2 conseguem gerar baixos suficientemente profundos para não deixarem ninguém desiludido. Talvez não cheguem aos exageros de alguns Sony (não pudemos comparar, estamos a falar de memória), mas pelo menos os graves nunca são "amálgamas" descontroladas, têm detalhe – a não ser que se estrague tudo utilizando o equalizador disponibilizado nas definições, claro. Todas as observações aqui descritas foram testadas com o EQ em neutro.

O palco sonoro é muito bem definido e o som é "grande" e envolvente, mesmo em níveis relativamente baixos – aqui é muito interessante o efeito conseguido por uma função em que o sistema automaticamente aumente graves e agudos à medida que se baixa o volume – uma espécie de *loudness* ativo que é relativamente eficaz.

Pena é que, apesar de os Buds Pro 2 utilizarem os mais recentes protocolos de Bluetooth, estejam limitados a amostragens de 24bits/48Hertz o que, apesar de tecnicamente tal já ser considerado "HD áudio", é bem abaixo do que são capazes de fazer os recentemente lançados topos de gama da Samsung, por exemplo, uns fones *true wireless* que descodificam áudio até 24/196Hz. Mas não tivemos oportunidade de ouvir estes últimos e os números não são tudo...

Qualidade de chamada e conforto

Tal como referido, os Buds Pro 2 destacam-se também pelo facto de ficarem quase na totalidade no interior da orelha (pelo menos no nosso caso), sendo o encaixe muito confortável. Tanto que chegámos a dormir com eles colocados mais do que uma vez.. mesmo com a cabeça de lado na almofada.

A Google refere que a eficiência do Tensor A1 permitiu manter a autonomia dos fones relativamente à geração anterior, dado o seu tamanho menor, e de facto conseguimos estar cerca de oito horas com música (e ANC) sem interrupções, desde que num volume moderado.

Quanto a esta questão, de louvar o *software* (que vem já com os Buds anteriores), que monitoriza permanentemente o volume em que estamos a ouvir música e alerta, via notificação, se estamos a ultrapassar os níveis aconselháveis durante um período considerado nocivo, isto é, os decibéis que podem prejudicar a audição. A Google não é a única a incluir este tipo de serviço, mas as boas ideias são de mencionar.

No que tivemos de confiar em terceiros para saber ser melhor do que no modelo anterior foi a qualidade em chamada... Segundo várias pessoas nos disseram: "Nem parece que estás com fones." Ok, obrigado!

Por fim, como não podia deixar de ser, tal como toda a linha de aparelhos atuais da Google, os Buds Pro 2 vêm preparados para se ligarem ao Gemini, a IA da gigante do *software* norte-americano.

Seja pressionando continuamente num deles (direito ou esquerdo, é configurável) ou por comando de voz, o sistema lança o Gemini que é capaz de empreender ações do mais básico (fazer chamadas, ler mensagens, pedir o melhor caminho no Maps) até iniciar uma conversa no Gemini Live – funcionalidade por enquanto limitada ao inglês.

Por um preço de 250 euros e em quatro cores possíveis, para quem utiliza telefones Android, estes fones são, atualmente, uma das melhores opções a ter em conta. Palavra de quem até dorme com eles...

A MAIOR TIRAGEM DE TODOS OS JORNAES PORTUGUESES

Diario de Noticias

Sexta-feira, 26 de Setembro de 1924

UM MULTIMILIONARIO DE NOVE ANOS

OS NOVOS COMANDANTES DAS ESQUADRILHAS DE AVIAÇÃO

ERMITA DE MONTE LUCO

EXPLODIU UMA BOMBA no Francfort-Hotel do Rossio

Ha cinco pessoas feridas, uma delas em estado grave

FAMILIA REAL DA DINAMARCA

O DN DE HÁ CEM ANOS

AS NOTÍCIAS DE 26 DE SETEMBRO DE 1924 PARA LER HOJE

ARQUIVO DN **CRISTINA CAVACO**, **LUÍS MATIAS** E **SARA GUERRA**

PREÇO 10 CENTAVOS

FAMILIA REAL DA DINAMARCA

Passa hoje o aniversario de Cristiano X

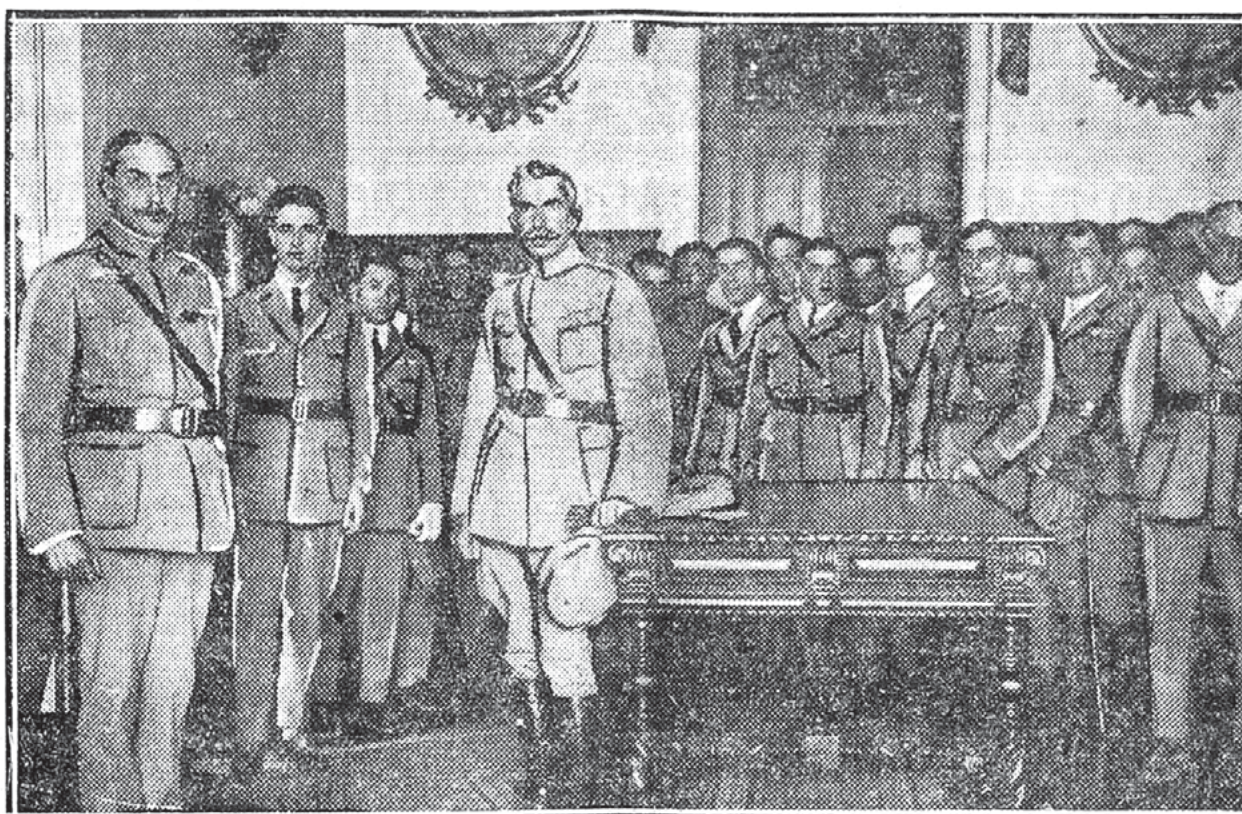
S. S. M. M. os Reis da Dinamarca com os seus dois filhos, o principe herdeiro Frederico e o principe Kund

Passa hoje o aniversario natalicio de de S. M. o Rei da Dinamarca, Cristiano X. O ilustre monarca, que nasceu no seu castelo de Charlottenlund, perto de Copenhague, completa 54 anos, tendo subido ao trono em 14 de maio de 1912, catorze anos depois de ter contraido matrimonio, em Cannes, com a princesa Alexandrina Augusta, duquesa de Mecklemburgo, nascida na vespera do Natal de 1879, em Scheverin.

O principe herdeiro, Christiano Frederico Francisco Miguel Carlos Waldemar Jorge, que faz 25 anos no dia 11 de março proximo, deve passar em Lisboa a 20 de outubro, em viagem de recreio, acompanhando-o o seu irmão mais novo, o principe Kund.

REORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS

OS NOVOS COMANDANTES DAS ESQUADRILHAS DE AVIAÇÃO

O general sr. Luís Agostinho Domingues tomou ontem posse no ministerio da Guerra do cargo de inspector da Aeronautica Militar

O ministro da Guerra, o novo director da Aeronautica Militar e os oficiais aviadores que assistiram ao acto da posse

Tendo sido ontem distribuida a «Ordem do Exercito» que publica a colocação dos oficiais aviadores e nomeia inspector da aeronautica militar o general sr. Luis Manuel Agostinho Domingues este ilustre oficial foi ontem ao ministerio da Guerra tomar posse do seu novo cargo.

Ao acto assistiram os oficiais aviadores Brito Pais, Sarmento de Beires, Cifka Duarte, Manuel Gouveia, Avila, Sergio, Montenegro, Gonçalves, Brito, Paixão, Gouveia, Jardim, Dias Leite, Santos Leite, Melo, Alvarenga, Piçarra, Mendonça, Cabrita, Luis Cunha e Almeida, Carlos Cunha e Almeida, Larcher, Lelo Portela, Castro Silva, Beja, Moura, Craveiro Lopes, Tedim, Pinheiro Correia, Viegas, Lopes de Matos, Costa, Caldas, Angelo Felgueiras, Matos e Rodrigues Alves.

Falou em primeiro lugar o sr. ministro da Guerra que apontou os feitos brilhantes dos aviadores. Referindo-se aos serviços da 5.ª arma, indicou quais as suas deficiencias e a forma como resolve-las.

Terminou fazendo o elogio do novo inspector da aeronautica militar.

Respondeu-lhe o general sr. Agostinho Domingues.

Afirmou que se sentia honrado com o cargo para que fôra escolhido, esperando realizar na aeronautica o plano traçado pelo sr. ministro da Guerra. Ao concluir disse que estava certo do apoio e lealdade de todos os oficiais da Aviação Militar.

A's 4 horas da tarde o general sr. Luís Agostinho Domingues recebeu, na direcção da aeronautica, os cumprimentos de todos os oficiais, afirmando-lhes que pela sua experiencia e pela sua situação militar, será sempre amigo de todos, estando convencido de que os aviadores constituirão uma verdadeira familia, unida pela lealdade e pela camaradagem.

*

A ordem do exercito n.º 17, 2.ª serie, publicada ontem, insere a colocação nas diferentes unidades da 5.ª arma dos seguintes oficiais aviadores:

1.º grupo de esq. aviação «Republica», 1.º com. maj. Brito Pais e cap. José Pinheiro Correia; esq. n.º 1 de observação, ten. Sergio do Silva, Alvaro Pinho da Cunha, Francisco de Sousa Larcher e Jorge Nopoles Manul e alf. Jorge de Avila; n.º 1 de bombardeamento, cap. mil. José Antunes Cabrita e ten. José Piçarra, João Paulo de Aragão, Antonio Gonzaga Pinto, Manuel Amado da Cunha, José Mendonça e Frederico de Melo; esc. n.º 1 de caça, com. cap. Teofilo Ribeiro do Fonseca; esq. de aviação de treino e deposito, com. cap. João Salgueiro Valente e ten. Artur Ferreira de Brito; comp. de observação de aerostação, com. cap. Mario França; insp. geral de auronautica militar, insp. gen. Luís Agostinho Domingues, adj. maj. Sarmento de Beires e cap. José Correia de Matos; com. tec. de aeronautica militár, maj. Sarmento de Beires e Brito Pais, cap. Mario França, Alberto Portela; escola de auronautica militar, com. maj. Cifka Duarte, 2.º com. cap. João Luis de Moura; divisão de instrução, dir. cap. Alberto Portela; instrutores de pilotagem, cap. Francico Craveiro Lopes e ten. Angelo Felgueiras e Sousa; Joaquim de Sousa Lobo, Antonio de Queirós Montenegro e Antonio Dias Leite; instrutores de observação, ten. Carlos Arantes Pedroso e mil. Amilcar Passos; secção de aerostação, cap. José Machado de Barros; parque, chefe, cap. Carlos Esteves Beja; parque de material aeronautico, cap. Aurelio de Castro e Silva; campo internacional de aterragem dir. cap. José dos Santos Leite e ten. mil. Antonio Rodrigues Alves; deposito de material aeronautico, dir. cap. Eduardo do Rosario Gonçalves.

Ex-diretora nacional do SEF faltou a julgamento. Vai ser ameaçada de detenção

IHOR HOMENIUK Cristina Gatões, que era diretora nacional da polícia de fronteiras aquando da morte de Ihor Homeniuk, em março de 2020, não compareceu no tribunal. Juíza Hortense Martins determinou que deve ser advertida de que se voltar a faltar será emitido um mandado de detenção.

TEXTO **FERNANDA CÂNCIO**

Era o depoimento mais aguardado desta terça-feira, mas não aconteceu: Ana Cristina Batista Gatões, ex-diretora nacional do extinto Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), arrolada como testemunha da acusação, não compareceu no Juízo Criminal de Lisboa, nem deu qualquer justificação para a ausência.

A juíza Hortense Martins, que preside a este segundo julgamento sobre a morte de Ihor Homeniuk – no primeiro, que se iniciou em 2021, foram condenados a nove anos de prisão três inspetores do SEF, por terem agredido e deixado algemado durante oito horas o cidadão ucraniano – ordenou que a testemunha faltosa seja agora notificada por órgão de polícia criminal para se apresentar no tribunal. A magistrada determinou ainda que a ex-diretora do SEF seja expressamente advertida de que se voltar a faltar serão emitidos "os competentes mandados de detenção" – ou seja, que será procurada para ser detida e conduzida ao tribunal.

Ihor morreu a 12 de março de 2020 no SEF do aeroporto de Lisboa.

Como o DN noticiou, o Ministério Público (MP) ponderou acusar Gatões do crime de denegação de justiça e prevaricação pelo facto de não ter, como era sua obrigação, comunicado a morte de Ihor à Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI) mal teve dela conhecimento. Quando ocorre uma morte em custódia, os responsáveis policiais têm de avisar de imediato a autoridade judiciária (MP), a IGAI e a família (neste caso a Embaixada da Ucrânia). Tanto o MP como a representação diplomática foram notificados por um inspetor do SEF no dia do óbito, mas a IGAI só seria avisada oficialmente a 17 de março (Gatões diz que a 16 de março ligou à inspetora-geral da Administração Interna, Anabela Cabral Teixeira, e lhe comunicou o facto).

A justificação da ex-diretora nacional para só ter notificado a IGAI cinco dias depois é que quereria perceber se tinha havido "maus-tratos ou violência". No entanto, não ordenou qualquer averiguação interna; limitou-se a pedir ao responsável pelo SEF do aeroporto de Lisboa, o diretor de Fronteiras de Lisboa António Sérgio Henriques – um dos cinco arguidos neste processo, acusado de ter agido de modo a encobrir o crime –, que fosse ver o que se tinha passado e lhe reportasse.

O MP acabou por considerar que não se justificava acusar Gatões. Porém há grande expectativa em relação ao seu testemunho, nomeadamente por ter afirmado que só a 30 de março, quando os três inspetores foram presos por se suspeitar de que tinham matado Ihor, teve conhecimento do que qualificou como "um caso de tortura". Gatões declarou-se "enganada" – responsabilizando assim Sérgio Henriques, que até agora não depôs no julgamento.

Além de Gatões, deveria ter sido ouvido na sessão desta terça o ex-responsável pelo departamento de Inspeção do SEF, o inspetor-coordenador João Ataíde, a quem a então diretora terá pedido para visionar as imagens de videovigilância do Centro de Detenção do SEF no aeroporto de Lisboa (onde Ihor morreu).

BREVES

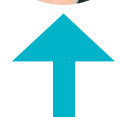
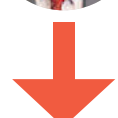
PR "otimista" que o OE vai ser aprovado

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, disse ontem estar "realisticamente otimista" na "única solução boa" que é haver Orçamento do Estado viabilizado, avisando que neste momento há "razões maiores" do que noutras alturas para que isso aconteça. "Já sabem o que é que eu penso sobre essa matéria. Eu penso que vai haver Orçamento, vai ser viabilizado, vai haver da parte daqueles que devem viabilizar um entendimento para isso e, portanto, continuo realisticamente otimista", respondeu aos jornalistas o PR no final da sessão solene do *VI Congresso da Ordem dos Psicólogos Portugueses*, em Lisboa.

Parlamento fala em "fraude" na Venezuela

O Parlamento português manifestou ontem "profunda preocupação" pelos "indícios de fraude" nas Eleições Presidenciais de julho na Venezuela, em que Nicolás Maduro foi reeleito para um terceiro mandato contestado pela oposição e pela maioria da comunidade internacional. A Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas aprovou ontem um projeto de voto que resulta de um texto consensualizado após PS, CDS-PP, Chega, Bloco de Esquerda e Iniciativa Liberal terem apresentado iniciativas sobre o processo eleitoral na Venezuela. O PCP, apurou o DN, não estava presente.

Sobe & desce

POR **VALENTINA MARCELINO**

MARGARIDA BLASCO Ser uma ministra da Administração Interna que já ocupou o cargo de "polícia dos polícias" (como inspetora-geral da IGAI) é uma grande responsabilidade. Margarida Blasco está a saber usar esse trunfo e a recente proposta para reformular a formação das Forças de Segurança, acentuando a componente de Direitos Humanos, evidencia-o.

FRANCISCO NARCISO O Diretor do DCIAP tomou posse há dois anos, mas não foi tempo suficiente para identificar as causas de processos que se arrastam há anos. Agora, por iniciativa do Conselho Superior do MP, por proposta do conselheiro Orlando Massarico (indicado pelo PSD) vai haver uma "inspeção extraordinária" para detetar "prazos geriátricos", segundo o Observador.

JOSÉ CARVALHO FIGUEIRA O Comandante da Polícia Municipal de Lisboa é um superintendente com uma longa carreira na PSP. Conhece bem a lei e sabe que uma Polícia Municipal não pode fazer detenções fora de flagrante delito. Se alertou o seu "patrão", Carlos Moedas, para isso, não sabemos, mas, perante o resultado, seria de esperar que colocasse o lugar à disposição.

Conselho de Administração - Marco Galinha (Presidente), Kevin King Lun Ho, António Mendes Ferreira, Victor Santos Menezes, Vitor Coutinho, Diogo Queiroz de Andrade, José Pedro Soeiro, Mafalda Campos Forte **Direção** Filipe Alves (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira, Nuno Vinha e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Data Protection Officer** Nuno Silva **Propriedade** Global Notícias Media Group, SA; Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 9 309 016,95 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: Rua Gonçalo Cristóvão,195-219 – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100. Fax: 222 096 200 Redação: Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 3.º – 1600--209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 501 **Marketing e Comunicação** Carla Ascenção **Direção Comercial** Pedro Veiga Fernandes **Detentores de 5% ou mais do capital da empresa:** Páginas Civilizadas, Lda. – 41,51%, KNJ Global Holdings Limited – 29,35%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro – 20,40%, Grandes Notícias, Lda. – 8,74% **Impressão** Gráfica Funchalense (Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, 50, Morelena – 2715-029 Pero Pinheiro); Naveprinter (EN, 14 (km 7,05) – Lugar da Pinta, 4471-909 Maia) **Distribuição** VASP; Registado na ERC com o n.º 101326. **Depósito legal** 121 052/98 **Assinaturas** 219249999 Dias uteis das 8h às 18h E.mail: apoiocliente@dn.pt

5 605290 023002 56770